



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

CARMEM ÂNGELA TAVARES PEREIRA

A Formação Humana Integral no contexto de vulnerabilidade social:
*contribuições da interface educação e psicologia no protagonismo do ensino
profissional no IFAP- Laranjal do Jari.*

**Belém
2023**

CARMEM ÂNGELA TAVARES PEREIRA

A Formação Humana Integral no contexto de vulnerabilidade social:
*contribuições da interface educação e psicologia no protagonismo do ensino
profissional no IFAP- Campus Laranjal do Jari.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão Pública do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo

**Belém
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P436f Pereira, Carmem Ângela Tavares.
A formação humana integral no contexto de vulnerabilidade social : contribuições da interface educação e psicologia no protagonismo do ensino profissional no IFAP – Laranjal do Jari / Carmem Angela Tavares Pereira. — 2023.
92 f. : il. ; 31 cm

Orientador: Eunápio Dutra do Carmo
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Belém, 2023.

1. Ensino profissional - Aspectos sociais. 2. Jovens - Formação profissional - Amapá. 3. Psicologia educacional - Amapá. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. I. Título.

CDD 23. ed. – 370.113

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque - CRB-2/871

CARMEM ÂNGELA TAVARES PEREIRA

A Formação Humana Integral no contexto de vulnerabilidade social:
contribuições da interface educação e psicologia no protagonismo do ensino profissional no
IFAP- Laranjal do Jari.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão Pública do Desenvolvimento.

Data de aprovação: 19/05/2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo

Orientador - PPGGP/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo

Examinador Interno - PPGGP/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Carlos Potiara Ramos de Castro

Examinador Externo – CEAM/NEAZ/UNB

Dedico esta dissertação aos meus avô e avó, Rozeno Tavares Pereira e Raimunda Judith Ubaiara (*in memoriam*), a união do amor deles possibilitou a existência e formação de várias outras famílias. Descendentes de povos indígenas e negros, trabalhadores rurais numa pequena roça na imensidão da floresta Amazônica, criaram 10 filhos com muita ética e sabedoria. Orgulho das raízes e dos valores de resistência deixados por eles.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a Nossa Senhora da Conceição, meu suporte espiritual de fé, acreditando que tudo na vida é cercado por forças e energias que precisam ser valorizadas e respeitadas.

A minha família, em especial aos meus ilho e filha, razão de meu viver, aqueles que me dão força, amor incondicional e cumplicidade em todos os momentos da vida.

Aos meus amigos e amigas, pessoas que fazem parte de minha caminhada que dedicam boas energias, sempre motivando nossas conquistas, sempre juntos em momentos tristes e felizes.

Ao meu orientador Professor Dr. Eunápio Dutra do Carmo, pela sua trajetória e dedicação na luta por uma educação capaz de transformar seres humanos em sujeitos de sua história, mais ainda, por enxergar as potencialidades das pessoas e suas limitações, por compreender que a educação não é um processo rígido, por saber ter empatia para com seus orientandos, com sapiência, paixão e dedicação, meu muito obrigada.

E, por fim, agradeço a todos/todas professores e professoras, desde primeira infância, cada um/uma a seu modo ajudou em minha formação humana até aqui. Também agradeço, aos gestores do IFAP e coordenadores do NAEA da UFPA por acreditarem na capacidade do mestrado profissional na interface gestão, educação e Amazônia, e por conduzirem o programa com suas contribuições valiosas para transformação de uma sociedade, principalmente ao desenvolvimento do Norte do Brasil.

A conscientização crítica é isto; tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desconstruções de ideias. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação, então, como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação (PAULO FREIRE, 1980).

RESUMO

A educação profissional, científica e tecnológica é hoje uma realidade em todos os estados brasileiros, devido à expansão evidenciada a partir da criação em 2008 dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, trazendo consigo um novo modelo de educação profissional para o país, com gestão pedagógica e curricular diferenciada, tendo dentre suas diretrizes educacionais, o desenvolvimento da formação humana integral capaz de impulsionar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na educação profissional, científica e tecnologia. O objeto deste estudo perpassa pela ação educacional e as contribuições da psicologia social para a formação profissional tecnológica de estudantes que vivem em contexto de vulnerabilidade social. O problema de pesquisa centra-se no seguinte questionamento: Como a interface educação e psicologia social pode contribuir na formação humana integral para o protagonismo no ensino profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá- IFAP, considerando as vulnerabilidades sócio histórica na região do Vale do Jari? O objetivo geral busca: analisar a formação humana integral a partir da interface educação profissional, científica e tecnológica e psicologia social na perspectiva da promoção do protagonismo no ensino profissionalizante em contexto de vulnerabilidade social. A metodologia de trabalho contemplou pesquisa bibliográfica, documental, de abordagem qualitativa, método descritivo exploratório, o questionário utilizado foi do tipo escala Likert. Os resultados revelaram a percepção dos servidores acerca da formação humana integral na educação profissional no IFAP-Campus Laranjal do Jari, a partir do olhar na interface de uma psicologia social de visão decolonial. O estudo reafirma a necessidade de tornar a educação profissional, científica e tecnológica ainda inclusiva, não apenas numericamente representativa, mas principalmente, protagonista num ensino que respeite a diversidade humana, levando em consideração a ideologização de dominação e exploração deixados na história. Portanto, o fortalecimento das instâncias populares que ocorrem nos grupos populares, principalmente dos grupos excluídos dos processos civilizatórios dominantes, é parte essencial na educação. Tornar a ação educativa o lugar privilegiado para o resgate de memória de lutas, num trabalho de valorização e potencialização das relações, capaz da verdadeira transformação das desigualdades e das violências sociais.

Palavras-Chaves: educação profissional; formação humana integral; vulnerabilidade social; psicologia social.

ABSTRACT

Professional, scientific and technological education is now a reality in all Brazilian states, due to the expansion evidenced from the creation in 2008 of the Federal Institutes of Education, Science and Technology, bringing with it a new model of professional education for the country, with differentiated pedagogical and curricular management, having among its educational guidelines, the development of integral human formation capable of boosting the access, permanence and success of students in professional, scientific and technological education. The object of this study pervades the educational action and the contributions of social psychology to the technological professional training of students who live in a context of social vulnerability. The research problem is centered on the following question: How can the interface education and social psychology contribute to integral human formation for protagonism in professional education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá-IFAP, considering the socio-historical vulnerabilities in the region of Vale do Jari? The general objective seeks: to analyze the integral human formation from the interface professional, scientific and technological education and social psychology in the perspective of promoting the protagonism in the professionalizing education in context of social vulnerability. . The work methodology included bibliographical and documental research, with a qualitative approach, exploratory descriptive method, the questionnaire used was the Likert scale type. The results revealed the perception of the servers about the integral human formation in the professional education in the IFAP-Campus Laranjal do Jari, from the look in the interface of a social psychology of decolonial vision. The study reaffirms the need to make professional, scientific and technological education still inclusive, not only numerically representative, but mainly, a protagonist in teaching that respects human diversity, taking into account the ideologization of domination and exploitation left in history. Therefore, strengthening popular instances that occur in popular groups, especially groups excluded from dominant civilizing processes, is an essential part of education. Make the educational action the privileged place to rescue the memory of struggles, in a work of valuing and enhancing relationships, capable of truly transforming inequalities and social violence.

Keywords: professional education; integral human formation; social vulnerability; social psychology.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Desenvolvimento de pensamento crítico sobre a inclusão educacional e social de povos que historicamente foram marginalizados (indígenas, negros, ribeirinhos, ciganos entre outros) 55
- Gráfico 2** - Conscientização dos/das estudantes sob questões mantenedores de atitudes racistas frente a discriminação e segregação das pessoas negras reproduzida no ambiente familiar, educacional e social 56
- Gráfico 3** - Reconhecimento estudantes em situação de vulnerabilidades acerca das influências sócio histórica cultural deixada pelo processo de colonização e exploração na formação do espaço brasileiro 56
- Gráfico 4** - Desenvolvimento de ações psicopedagógicos na formação profissionalizante com acesso, permanência e êxito de estudantes contidas (pessoas de baixa renda, negras, e pessoas com deficiência) 57
- Gráfico 5** - Compreensão dos fatores de formação das identidades humanas, em especial de estudante LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e mais) 59
- Gráfico 6** - Compreensão dos/das estudantes sob fatores sócio-históricos-culturais condicionantes de comportamentos machistas, sexistas e misógino 60
- Gráfico 7** - Fortalecimento da autoestima de estudantes femininas em situação de vulnerabilidades psicossociais frente as diversas formas de violência contra a mulher 60
- Gráfico 8** - Desenvolvimento de pensamento crítico dos/das estudantes que residem em áreas rurais frente aos processos políticos sociais destinados às populações extrativistas na região amazônica 63
- Gráfico 9** - Reconhecimento dos/das estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das atuais estruturas capitalistas e as múltiplas expressões das questões sociais e das desigualdades 63
- Gráfico 10** - Reconhecimento por parte dos/ das estudantes que a educação profissional e tecnológica é fundamental na construção de uma cidadania justa capaz de transformar as desigualdades sociais 64
- Gráfico 11** - Reflexão dos/das estudantes sobre as relações de consumo e bem-estar social e as configurações familiares frente disparidades entre ricos e pobres 64
- Gráfico 12** - Reflexão dos/das estudantes acerca da vocação ontológica do ser humano que busca a significação e transformação de sua existência e realidade 66

Gráfico 13 - Desenvolvimento de pensamentos crítico dos/das estudantes frente às relações no mundo do trabalho e projeto de vida no contexto da Amazônia brasileira	67
Gráfico 14 - Estimulação das capacidades sócio afetivas na motivação do protagonismo juvenil na modificação das desigualdades socioeconômicas	67
Gráfico 15 - Desenvolvimento e valorização do protagonismo estudantil acerca das expressões culturais e artísticas locais	68

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1 -	Mapa de localização da região denominada Vale do Jari	20
Figura 2 -	Recorte jornalístico sobre Projeto Jari	21
Tabela 1 -	Indicadores do Progresso Social dos Municípios de Laranjal e Vitória do Jari	26
Quadro 1 -	Perfil dos participantes respondentes do questionário tipo escala Likert	54
Figura 3 -	Print tela inicial portal do IFAP	74
Quadro 2 -	Cronograma de criação do Produto Blog “CampusJari@InterfacesAmazônica#Consciência&Emponderamento”	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O IFAP - CAMPUS LARANJAL DO JARI E O CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	17
3	O PRINCÍPIO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	28
4	A PSICOLOGIA SOCIAL E A PERSPECTIVA DECOLONIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROTAGONISMO NO ENSINO PROFISSIONAL	38
5	METODOLOGIA DO TRABALHO	51
6	A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES ACERCA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E A INTERFACE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL NO IFAP-CAMPUS LARANJAL DO JARI	54
7	PRODUTO: Construção do Blog “CampusJari@InterfacesAmazônica# Consciência&Empoderamento”	72
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICES	87
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	88
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PESQUISA COM ESCALA LIKERT .	90

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional, científica e tecnológica é hoje uma realidade em todos os estados brasileiros devido à expansão que pode ser evidenciada com a criação em 2008 dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), trazendo consigo um novo modelo de educação profissional tecnológica para o país, de gestão pedagógica e curricular diferenciada, tendo como uma de suas principais diretrizes o desenvolvimento da formação humana integral, com o desafio de promover a inclusão social no acesso, na permanência e no êxito de pessoas no âmbito da educação profissionalizante e do trabalho em todo o território brasileiro (BRASIL, 2008).

A formação humana integral enquanto objetivo educacional possibilidade desenvolver nas pessoas capacidades de relacionamentos e espírito de cidadania. Uma formação educacional capaz de promover qualidade de vida com equidade social, tendo em vista uma complexa teia de relações marcada por histórico de dominação e exploração. O desenvolvimento do autoconhecimento, do pensamento crítico-reflexivo de si mesmo diante do mundo, tornando a objetividade das experiências e da ação educacional ainda mais importantes a fim de contribuir entre outros aspectos para o desenvolvimento proativo dos estudantes, para que, ao longo da vida possam interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar, buscar soluções e propor alternativas, com responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas.

No entanto, os objetivos educacionais se cruzam incessantemente com os problemas políticos e ideológicos refletidos no meio social. Problemas visto como uma questão complexa e controversa sujeito a contestações e a diferentes interpretações, principalmente quanto às suas diretrizes e significados; muitas vezes marcadas, por comportamentos não assertivos, criando animosidade e distanciamento do diálogo respeitoso, que precisa existir nos espaços de debates que promovem e produzem o conhecimento e o desenvolvimento do bem-estar social.

Os IFs, trazem consigo, pressupostos epistemológicos de uma educação profissional de formação omnilateral, que abrange todas as dimensões da vida, inclusive a do bem-estar social, “no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica”, conforme mencionam Frigotto e Ciavatta (2011), uma educação profissionalizante, que ultrapasse as barreiras da lógica hegemônica, desconstruindo e construindo uma sociedade de indivíduos capazes de pensamento crítico, e que percebam as implicações do modo de produção capitalista sobre o meio ambiente e sobre si mesmo (MÉSZÁROS, 2008).

A formação humana integral desenvolvida nos IFs, especialmente pelos Institutos que se localizam em regiões marcadas pela vulnerabilidade social, impõe ainda mais desafios nas ações educacionais. Sendo de extrema importância desenvolver a conscientização de fatos advindos dos processos históricos enquanto construção das desigualdades sociais que estrutura a sociedade entre ricos, pobres e miseráveis. Questões que envolvem as desigualdades sociais na atualidade podem ser compreendidas por diversos olhares teóricos, exemplo, as reflexões trazidas por Fanon (2005) que reporta a necessidade de construir um “pensar desde” a condição “ontológica-existencial racializada dos povos colonizados”, com base nas compreensões na visão da colonialidade e nas relações que foram constituídas a partir do poder, do saber e do ser de um mundo eurocentrado e norte americanizado. Uma educação de “pensar com”, ou seja, construir uma rede de relacionamentos com outros setores da população, não somente os acadêmicos, havendo assim, uma reconstrução coletiva de preocupação frente a padrões sociais coloniais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) - Campus Laranjal Jari, localizado na região conhecida como Vale do Jari, tendo como limites a fronteira entre os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari (Estado do Amapá) e os distritos de Monte Dourado e Munguba no município de Almeirim (Estado do Pará). Com perfil socioeconômico peculiar, marcado por uma historiografia que é atravessado à aurora do desenvolvimento da própria Amazônia Brasileira, por trajetórias que condicionaram diversas factos de vulnerabilidades sociais e de pobreza, presente na região. Pois, revelam a acumulação desigual advinda da exploração e destruição de sua biodiversidade, da devastação de suas riquezas naturais, o que condiciona à invisibilização e marginalização de seus povos, bem como, pela precária presença do Estado, com políticas públicas ineficientes (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Diante o contexto social onde está o localizado o Campus Laranjal do Jari, o objeto de pesquisa em tela perpassa pela ação educacional e as contribuições da psicologia social na formação profissional tecnológica de estudantes que vivem em contexto de vulnerabilidade social.

Tornar à ação educacional no âmbito da formação profissional, científica e tecnológica ainda mais significativa para os estudantes que vivem em contexto de vulnerabilidade social, requer possibilitar o desenvolvimento de pensamentos críticos rumo ao protagonismo estudantil capaz de promover resoluções acerca das questões sociais, tendo em vista, as desigualdades estruturantes entre uma maioria de pobres e miseráveis e uns poucos ricos e milionários.

Para tanto, o problema de pesquisa centra-se na pergunta: Como a interface educação e psicologia social pode contribuir na formação humana integral para o protagonismo no ensino profissional junto as pessoas em vulnerabilidades sociais na região do Vale do Jari? O objetivo geral, visa analisar a formação humana integral a partir da interface educação profissional, científica e tecnológica e a psicologia social na promoção de um ensino protagonista em contexto de vulnerabilidade social no IFAP-Campus Laranjal do Jari. Para desenvolver ao objetivo geral, este estudo tem os seguintes objetivos específicos: 1- Conhecer a percepção junto aos servidores técnico-pedagógicos e docentes diante das experiências acerca da formação humana integral contida nos princípios nos IFs; 2- Aprofundar a compreensão do problema de pesquisa, no ambiente de educação profissional, científica e tecnológica, acerca da diversidade étnico conforme dados levantados na pesquisa de campo; 3- Propor a criação de um Blog Institucional, com a finalidade de contribuir ainda mais para a formação humana integral.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma, esta introdução que apresenta a temática do estudo, sua contextualizando, o objeto de pesquisa, problema, pergunta norteadora e objetivos gerais e específicos. Em seguida apresentamos o IFAP - Campus Laranjal do Jari e o contexto de vulnerabilidade social, dando ênfase a sua formação histórica, marcada por trajetórias de grandes projetos socioeconômica destinados para a região amazônica, com políticas colonialistas e de exploração.

Dando sequência, discorreremos sobre a formação humana integral, contida na educação profissional, científica e tecnológica ressaltando as definições conceituais e algumas das diretrizes que direcionam o IFAP. Posteriormente, apresentamos a psicologia social e algumas das contribuições teóricas, em especial a psicologia social de visão decolonial, que contempla ideias importantes diante as modificações das desigualdades existentes no âmbito coletivo, que a partir da construção do pensamento crítico social busca a emancipação dos indivíduos, na perspectiva da compreensão históricos acerca das diversas formas de violências sociais.

A metodologia de trabalho contemplou inicialmente pesquisa bibliográfica e documental; elaboração do questionário de pesquisa e posicionamento ético, descritos no item 4. As análises e apontamentos realizados neste estudo compreendem uma abordagem qualitativa, um estudo de caso com investigação exploratória.

Após isso, expomos os dados levantados na pesquisa de campo, revelando a percepção dos servidores referente a formação humana integral e a interface educação e psicologia no Campus Laranjal do Jari, demonstrando o perfil geral dos participantes da pesquisa, e em seguida os resultados referentes à pesquisa.

Finalizamos, apresentando o produto de ação que será proposto junto ao Campus Laranjal do Jari, que visa a criação de blog como um espaço de diálogo digital, utilizado pela Instituição nos site oficial e nas redes sociais, contribuindo para a formação humana integral na educação profissional, científica e tecnológica junto à comunidade externa e interna, incluindo temáticas diversas, trazendo discussões que cercam a vida das populações região do Vale do Jari, não apenas com questões acadêmicas, mais principalmente, frente as vulnerabilidades individuais e coletivas no contexto da Amazônica brasileira.

2 O IFAP - CAMPUS LARANJAL DO JARI E O CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, é uma instituição de educação básica e de formação profissional, tecnológica e superior, de perfil pluricurricular, multicampi e descentralizada. É fruto de uma política pública educacional brasileira, que teve a finalidade de expandir e interiorizar a oferta da Educação Profissional Tecnológica (EPT) em todo o território nacional. Criado a partir da Lei nº 11.892, instituída em 2008¹, com objetivo de promover a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, incorporando diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2008).

O papel dos Institutos Federais (IFs), enquanto política nacional de formação profissional, consiste em intervir na realidade na perspectiva de um país soberano e inclusivo, visando o desenvolvimento local e regional, atuando no centro das ações a promover uma educação de qualidade. Assegurar a sustentabilidade das ações voltadas para a integração, sobretudo, dos setores sociais historicamente excluídos dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de seu caráter público e reafirma a educação profissional e tecnológica como instrumento de construção no resgate da cidadania e transformação social (BRASIL, 2008).

Desde sua criação, os IFs, passam a ser concebido como mais um instrumento de inclusão social de educação, uma vez que, tem como princípios direcionadores a promoção de formação profissional, que permita o acesso, a permanência e o êxito no ambiente educacional a todo e qualquer cidadão brasileiro. Contribuindo assim, com a elevação dos níveis educacionais nacionais, e impulsionando o desenvolvimento de regiões que se encontram em situações de pobreza e exclusão econômica. Promovendo assim, equidade na educação profissionalizante no cenário nacional, atuando com interfaces diversas junto a comunidades locais, identificando suas necessidades, desafios e demandas (BRASIL, 2009).

Segundo Pacheco (2011), o modelo de organização política-pedagógica verticalizada, de educação básica a superior, colocam os IFs numa posição de ensino profissionalizante diferenciado. Uma vez que, estes ofertam 50% de suas vagas em cursos técnicos, maioria na

¹ A Lei Nº 11.892, que criou Institutos Federais-IFs, a partir da transformação ou integração das Escolas Técnicas e Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, com trajetória centenária, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir da Lei, criou 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, totalizando 41 instituições.

forma integrada com o ensino básico integral, 20% são destinadas a licenciaturas e graduações tecnológicas, além de promover cursos de especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica e científica. Corroboramos com autor, que o grande diferencial na educação profissional e tecnológica no cenário brasileiro é sua estrutura multicampi, o perfil de territorialidades, contempla a abrangência das ações localizadas, reafirmando o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional.

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses, que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais. Do ponto de vista político, representa a superação de visões reducionistas e a instituição de uma política pública que concorra para a concretização de um projeto viável de nação para este século. Significa, portanto, definir um lugar nas disputas travadas no âmbito do Estado e da sociedade civil. Este “lugar” é o território, arena de negociações nos processos políticos decisórios, espaço – para além das fronteiras geopolíticas – onde se constroem e se estabelecem identidades e o sentimento de pertencimento. Neste sentido, a noção de território se confunde com a de rede social (PACHECO, 2011, p. 14; 16).

Nesse sentido, expomos o IFAP, que se caracteriza como uma instituição regional, dinâmica, em constante sintonia com os diversos setores do processo socioeconômico do, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo; modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional; incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica; e, principalmente, garantindo o atendimento à diversidade de sua clientela. Com o objetivo de congrega os municípios por similaridade econômica e social, o do Amapá está subdividido em duas mesorregiões conforme descrito no Plano Desenvolvimento Institucional-IFAP:

- I. Mesorregião Norte: contém 2 (duas) microrregiões e 5 (cinco) municípios:
Microrregião do Amapá: Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho;
Microrregião de Oiapoque: Calçoene e Oiapoque;
- II. Mesorregião do Sul do Amapá:

Microrregião de Macapá (Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá (capital), Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana e Serra Grande do Navio); Microrregião de Mazagão (Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari) (IFAP, 2022a).

Um dos principais objetivos do IFAP, é estimular e apoiar processos educacionais que levem à geração de trabalho e renda, bem como à formação e qualificação de cidadãos com vistas ao desempenho profissional nos diversos setores da economia, com vista, sobretudo, o desenvolvimento socioeconômico local e regional (IFAP, 2022a).

Nesse sentido, o IFAP, tem o desafio de formar profissionais que, em uma perspectiva integral, sejam capazes de adotar formas diversificadas de atuação no desempenho técnico, ético e político, como cidadão emancipado, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade, promovendo sintonia entre as ofertas e as demandas advindas dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada localidade do estado do Amapá.

A partir de 2010, o IFAP- Campus Laranjal do Jari iniciou suas atividades no âmbito da educação profissional. Em pleno funcionamento, atende centenas de estudantes em cursos profissionalizantes, distribuídos nos seguintes níveis e modalidades de ensino: Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que proporcionam iniciação a qualificação, o aperfeiçoamento e a especialização profissional; Cursos de Nível Médio e educação básica na forma integrado, subsequente e concomitante; Cursos de Nível Superior de bacharelados, tecnológicos, e licenciaturas; e, Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.

O IFAP- Campus Laranjal do Jari, fica situado na região de fronteira interestadual, entre dois estados da região Amazônica, conhecida como “Vale do Jari”, sendo os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari (Estado do Amapá) e os distritos de Monte Dourado e Munguba no município de Almeirim (Estado do Pará), conforme visualização na Figura 1.

Figura 1 - Mapa de localização da região denominada Vale do Jari



Fonte: Ferreira, Corrêa, Costa (2020).

Dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), apontam que Laranjal do Jari é o terceiro município mais populoso do Estado do Amapá, com aproximadamente 52 mil habitantes. Fica distante a 275 km da capital, Macapá, com acesso via hídrica pelo Rio Jari e via terrestre pela BR-156.

O Município de Laranjal do Jari, tem uma economia voltada para a exploração agroextrativista de larga escala, historicamente desde 1967, com o início do Projeto Jari², fato este que deu origem ao nome “Vale do Jari”, sob o domínio, na época, da empresa Jari Celulose. (LINS, 2001). O município possui uma econômica interna, de criação de gado bovino de médio porte, e produtora de uma agricultura de subsistência, de característica de agricultar familiar, marcada pelo extrativismo da Castanha do Brasil tipo exportação. É um município com uma historiografia voltada para a exploração florestal e mineral, com grande potencial para o turismo

² Suas origens remontam à época da colonização do rio Jarí, recebendo ainda influências mais recente da implantação do projeto Jari Florestal, em 1967 idealizado pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig. Este pretendia substituir a floresta nativa por uma plantação homogênea de uma planta denominada gmelina arbórea para a fabricação de celulose, e também pretendia torna-se o maior produtor mundial de carne bovina, suína e arroz. Como se tratava de um projeto de grande porte, a empresa necessitava de bastante mão de obra. Motivado pelo afã nacionalista (década de 60) e visando melhores condições de vida, muitos trabalhadores dirigiram-se para a região. Boa parte foi contratada de forma temporária e indireta, por empreiteiras, que não lhes asseguravam os direitos trabalhistas. Dispensados pela companhia, não dispunham de recursos nem para moradia, tampouco para retornar aos seus locais de origem. A maioria foi obrigada a viver às margens do rio, em palafitas, sem as mínimas condições de higiene e sobrevivência. Isto fez com que o Beiradão se tornasse conhecido como a maior favela fluvial do mundo, além dos altos índices de prostituição também foi considerada uma das mais pobres e violentas populações brasileiras (IBGE, 2022).

e lazer, pouco explorado. Sofre com a presença de garimpos e com extração de ouro ilegal (GREISSIG, 2011).

Figura 2 - Recorte jornalístico sobre Projeto Jari

CEDI
Povos Indígenas no Brasil
 Fonte: *Epistola* 2013 Class.: 15
 Data: *junho de 1979* Pg.: 3

Milionário americano provoca miséria na Amazônia
MORAM 25 MIL PESSOAS NA FAVELA DA SELVA



“Beiradão”, a maior favela da Amazônia, é uma área de três quilômetros de pobreza, doença e miséria, construída em torno do milionário projeto Jari, do industrial norte-americano, Daniel Ludwig. Vinte e cinco mil pessoas moram nos quatro mil barracos residenciais e comerciais, construídos de forma precária, pelo sistema palafita — as ruas e as casas de madeiras são plantadas dois metros acima do rio, em estacas de madeira — no rio Jari.

A maioria dos moradores do “Beiradão” — cerca de 15 mil — trabalha no projeto Jari. Esses trabalhadores, contratados pela Jari Florestal e as empresas de engenharia e desmatamento que operam na área, são trazidos de Belém, Manaus, Fortaleza, Recife e até mesmo de São Paulo, e levados para a selva, onde ficam acampados em barracas de lona ou barracos de madeira improvisados, que abrigam 15 a 20 pessoas. Depois de um certo tempo eles abandonam as barracas de lonas e vão morar na favela, construindo um barraco palafita, de sua propriedade.

O Rio Jari divide o Estado do Pará com o Território Federal do Amapá. Do lado direito do rio, está o projeto Jari, ou seja, sede do projeto, na cidade de Monte Dourado. Do lado esquerdo, no território do Amapá, está o “Beiradão”, a segunda cidade do Amapá, que cresce a uma média 20 por cento ao ano e que poderá se transformar na primeira, dentro de mais cinco anos, superando a capital, elevados investimentos anunciados por Daniel Ludwig, para conseguir do Governo a aprovação de seus planos, se destinarão apenas à produção — compra de máquinas, implantação de escritórios, importação de fábricas prontas, plantação de milhões de mudas no reflorestamento e etc. Na área social, a situação é caótica. Não existe casa para todos os trabalhadores contratados, o sistema de saúde é deficiente, não há comércio ou qualquer diversão, e a prostituição é uma atividade em expansão na favela — lá existem 800 prostitutas.

O abastecimento de gêneros à população que vive em torno do projeto Jari, é feito de forma criminosa. Embora exista um supermercado vendendo mais de 1300 tipos de produtos na cidade de Monte Dourado, a oferta é insuficiente para atender aos trabalhadores. Também não existe bebida alcoólica ou mesmo refrigerantes, e a maioria dos trabalhadores têm de comprar de forma racionada. A alternativa para toda a população, portanto, é comprar nas cinquenta casas comerciais instaladas na favela, onde um quilo de açúcar custa Cr\$100,00, uma cerveja, Cr\$50,00, e um quilo de café, Cr\$120,00.

Na região de Monte Dourado, a situação também não é das melhores. Embora seja uma vila construída nos moldes americanos, para ser ocupada pelos diretores e técnicos especializados de nível superior e médio, a realidade está muito distante do sonho de Ludwig, quando começou o projeto, há dez anos e alguns técnicos estrangeiros, também receberam casas. Porém, a maioria dos trabalhadores de nível médio, com suas famílias, está acomodada em apartamentos do tipo quitinete. Os que têm famílias grandes, alugam casas em Belém e vão visitá-las uma vez por mês.

Em outras áreas do projeto, como a vila de São Raimundo, implantada para produzir arroz, também não há casas suficientes para atender aos trabalhadores. Embora o projeto de produção de arroz tenha iniciado em 1973, somente agora estão sendo construídas as casas para os trabalhadores. Antes, mais de 300 moravam em galpões de madeira e dormiam em redes.

Antonio Silveira, um dos chefes de trabalhadores da Setal (empresa de engenharia), observa que o projeto Jari não poderia ser executado em nenhum país desenvolvido, se fosse dado aquele tipo de tratamento aos trabalhadores. Conta que trabalhou no Alasca, onde os Estados Unidos desenvolviam um projeto pioneiro na região, para produzir petróleo, mas o tratamento dispensado aos trabalhadores era totalmente diferente. Todos tinham casas e havia bares, restaurantes, cinemas e outros tipos de diversão. Na região, o Governo americano também instalou postos de fiscalização do Estado e dos sindicatos, para averiguar a defesa dos interesses dos trabalhadores. No Jari, no entanto, isto não existe. A fiscalização do Ministério do Trabalho nunca apareceu e pouca gente sabe realmente quais são os seus direitos.

a região só tem ligação com as grandes cidades através de veículos da Jari — barcos e aviões —, o passe para viajar só é concedido aos que estão em gozo de licença para ver a família. Os que foram demitidos por causa de grandes divergências com a empresa, têm de esperar mais de dois meses por uma autorização para viajar, e enfrentam grandes dificuldades financeiras na região.

Na favela do “Beiradão” há um posto do Ministério da Fazenda, que fiscaliza o comércio e arrecada tributos das 50 empresas comerciais, um posto de polícia e uma subprefeitura. Mas, é tudo construído em casas palafitas, funcionando em condições precárias. Não há hospital ou posto do Ministério do Trabalho. A maioria dos trabalhadores não tem carteira assinada, não tem férias ou 13º. A quantidade de crimes — assassinatos e assaltos chega a uma média de dez por mês — e ninguém sabe como conter o crescimento da favela, porque a Jari contrata sempre mais trabalhadores. O soldado José Saulo Junqueira, de serviço no posto do Beiradão, repete um comentário muito comum na boca de todos os moradores: “isso aqui é uma nova Hong-Kong”. Conta que um grande número de trabalhadores mora dentro de barcos, esperando a conclusão das obras de construção de seu barraco.

O Governador do Amapá, Artur Henning, está revoltado com o projeto Jari. A favela, principal problema de seu Governo, hoje, surgiu com o mirabolante

Fonte: Acervo Instituto Socioambiental (1979).

A figura 2 mostra a reportagem jornalística da época da região conhecida hoje como Vale do Jari começou a ser explorada pelo “Projeto Jari Florestal”, os relatos e as imagens na figura, revelam situações de extrema vulnerabilidade em que viviam os trabalhadores da

empresa. Segundo Castro (1995), os grandes projetos foram implantados na região amazônica com a finalidade de replicar modelos de ocupação numa organização de desenvolvimento econômico centrado em investimentos privados por meio de concessões públicas, normalmente localizadas em regiões de fronteira interestadual, esse modelo impunha uma reorganização das estruturas produtiva, caracterizados por grande extensão de terras, agricultura industrial de monocultura. A autora aponta ainda, que esses grandes projetos para Amazônia, impunha uma resistência as populações atingidas pelos impactos de grandes obras.

A história social dos povos na região Amazônica, situado fora dos centros urbanos, neste caso específico, o Vale do Jari, revela uma acumulação desigual marcada pela destruição da biodiversidade e pela devastação de suas riquezas naturais, que foram implementadas ao longo do tempo, e cujo o reflexo está na contemporaneidade da precária presença do Estado e da pouca efetivação de políticas públicas (PORTO-GONÇALVES, 2015).

A atual situação de baixo índice desenvolvimento humano nas cidades que cercam a região do Vale do Jari, pode ser melhor compreendida a partir de sua própria formação histórica, marcada por trajetórias de dependência socioeconômica, por políticas colonialistas e de exploração. Segundo Costa (2019), o desenvolvimento da Amazônia, de suas regiões, é um grande desafio para a gestão pública e suas instituições, a falta de infraestrutura de mobilidade rural e urbana e o tratamento da economia regional como periférica, historicamente baseada em suprir matéria prima e insumos para diversos lugares, impõem conjuntos diversos de vulnerabilidades.

A existência da expansão intencionada da monocultura de exploração em larga escala, obrigou os governos estaduais e federal criarem na década de 1990 duas áreas de proteção ambiental, no sul do estado do Amapá a Reserva Extrativista (RESEX) Cajari, e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Iratapuru em 1997, reservas estas que circundam o Vale do Jari. O objetivo dessas unidades de proteção é de garantir às populações locais o usufruto da terra e dos recursos naturais (GREISSIG, 2011).

Porém, o Vale do Jari, assim como muitas outras comunidades remotas da vasta Amazônia brasileira, desenvolve um jeito próprio de resistir aos diversos tipos de exploração já imposto. Ou seja, de acordo com Carmo e Carmo (2021), seu próprio código de existência. A análise dos autores, reporta sobre a importância do “lugar da fala” dos ribeirinhos, que diante do quadro de vulnerabilizados expõem sua resistência, inscrita no próprio modo de vida, revelada no que compõe o território, suas florestas, rios e tudo que nela coexistem; inclusive os seres humanos habitantes, com toda sua sociabilidade afetiva, emocional, cultural e ambiental.

Com sua ciência natural, de inteligência e memória social forjadas na longa relação ser humano e natureza, que enfrenta as divisões desiguais impostas, revelados nos desafios e lutas constantes enfrentados ao longo do tempo, fazem parte também de sua historiografia, de sua paisagem social regional.

Dados analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2018), referente ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), no tocante as macrorregiões e dos municípios do Brasil, revelam a persistente desigualdade entre as regiões no Brasil. O IVS dos municípios brasileiros, reforça a percepção do desenvolvimento desigual e das iniquidades sociais e econômicas presentes e ainda não superadas. A concentração de municípios na faixa de muito alta vulnerabilidade social na região Norte, particularmente nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Rondônia.

Cabe fazer um aporte acerca do conceito de vulnerabilidade social, e, segundo Nascimento e Melazzo (2013), é possível afirmar que uma abordagem afinada com a concepção de vulnerabilidade orienta-se para a compreensão dos processos que envolvem os factos, sendo necessário examinar as estratégias que as famílias dispõem para lidar com os riscos e a queda de bem-estar. Para tanto, a vulnerabilidade articula-se com a ideia de risco e, na literatura, esses termos são, frequentemente, abordados de forma conjunta. Para tanto, no campo da proteção social, das políticas públicas, o foco orientado pela abordagem da vulnerabilidade e dos riscos está nas estratégias utilizadas pelas famílias que fazem com que algumas escapem da pobreza e outras se perpetuem nela. Isso remete à contribuição possível e necessária das políticas públicas para o fortalecimento das capacidades de indivíduos, famílias e regiões para o enfrentamento e a superação da condição de vulnerabilidade, gerados por uma cadeia complexa de fatores. Para os autores, a vulnerabilidade relaciona-se, por um lado, com a exposição ao risco, e, por outro, com a capacidade de resposta, material e/ou simbólica, que indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco ou ao choque, e que significa a materialização do risco.

Nesse sentido a vulnerabilidade, pode ser contextualizada a partir do reconhecimento dos riscos no qual os indivíduos são expostos. Conforme Holzman e Jorgensen (2003 apud NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 10), o risco pode ser entendido:

Como uma variedade de situações que englobam: os riscos naturais (como terremotos e demais cataclismos), os riscos de saúde (doenças, acidentes, epidemias, deficiências), os riscos ligados ao ciclo de vida (nascimento, maternidade, velhice, morte, ruptura familiar), os riscos sociais (crime, violência doméstica, terrorismo, gangues, exclusão social), os riscos

econômicos (choques de mercado, riscos financeiros), os riscos ambientais (poluição, desmatamento, desastre nuclear) e os riscos políticos (discriminação, golpes de estado, revoltas), tal como sistematizados pela unidade de proteção social do Banco Mundial. Os indivíduos e as famílias posicionam-se diferentemente quanto à capacidade de resposta aos riscos e às mudanças do entorno.

Diante deste entendimento, é importante destacar que as situações de risco e vulnerabilidade ocorrem de forma diferenciada em cada território analisado, dada a heterogeneidade existente no Brasil, e que cada território tem suas especificidades e particularidades. Um mesmo município pode ser constituído por vários territórios considera-se o território de vulnerabilidade e risco social. Uma vez que, população é diferente, tem anseios e perspectivas diversificadas, com características e carências específicas e potencialidades distintas (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013).

É no território que se processam as várias desigualdades e, pelo fato deste ser um espaço dinâmico, devido às relações sociais contidas nele, possuem um desenvolvimento próprio, que evidencia as diferentes especificidades dos conflitos sociais de cada um dos lugares que o compõem, assim como, de seus reflexos no restante da cidade. Além disso, somente quando se trata o território sob a ótica social é que se evidenciam as diferenças agudas existentes entre os indivíduos pobres e os não pobres, que moram, respectivamente, em lugares pobres e em lugares não pobres (FELIX, 2011 apud NASCIMENTO; MELAZZO, 2013).

Os autores citados apontam para a necessidade de compreender o território considerando a partir das suas interações sociais, afetivas, de solidariedade, de amizade, de poder, de conflitos, que trazem um significado vivo para o território, explicitando a vivência e a experiência cotidiana das pessoas que nele vivem. Assim, é possível compreender que a plena realização dos seres humanos, material e imaterial, não depende apenas das relações econômicas hegemônicas.

O território revela as ações passadas, já congeladas nos objetos e normas, assim como, as ações presentes, ou seja, as que estão a caminho de se realizar, capazes de conferir sentido ao que preexiste. As bases materiais e imateriais, historicamente, estabelecidas são apenas condições. Seu verdadeiro significado advém das ações sobre elas realizadas. O território usado é, por isso, movimento permanente. Nesse movimento permanente é que se torna possível e necessária a identificação de deficiências, carências, riscos e vulnerabilidades, para a formulação de políticas sociais, também passíveis de serem consideradas como um uso do território (SILVEIRA, 2011 apud NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 19).

A vulnerabilidade social³ que desejamos expor na região do Vale do Jari, pode ser evidenciada a partir de indicadores que retratam o perfil geopolítico de seu território. Um desses indicadores é o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), ferramenta reconhecida mundialmente como um exercício cognitivo independente. É uma ferramenta importante para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. O relatório apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de diversas países e localidades no mundo, além de apresentar dados e análises relevantes para a agenda global e considerar diversos fatos sociais, norteados por políticas públicas em resposta aos desafios do pleno desenvolvimento humano em seus territórios (RDH, 2010).

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos financeiros materiais ou pela capacidade de gerar riquezas, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. Segundo o RDH publicado de 2013, aponta que o município de Laranjal do Jari encontra-se na faixa média baixa de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre 0,600 e 0,699, que refletem as disparidades dos níveis intermunicipais de regiões metropolitanas brasileiras.

Outro dado relevante apresentado por Ferreira, Corrêa e Costa (2020), demonstrou os níveis de sustentabilidade dos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, tendo como ponto de referências indicadores da “Agenda 21, com base nas Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros e o Índice de Progresso Social da Amazônia”⁴, revelou em seus resultados que os dois municípios têm fracos desempenhos que comprometem a sua sustentabilidade municipal, em muitos dos indicativos analisados. Na Tabela 1, expomos parte

3 A vulnerabilidade significa que pessoas e ou comunidades estão numa situação de fragilidade, de riscos, seja por motivos sociais-relacionais, econômicos-estruturais, ambientais entre outros. E por isso estão mais vulneráveis. Se o desenvolvimento humano consiste num alargamento das escolhas e potencialidades, a vulnerabilidade humana decorre essencialmente de uma restrição das escolhas cruciais para o desenvolvimento humano. Muito frequentemente a vulnerabilidade está associada a práticas de exclusão, de discriminação, de violação de direitos humanos, sociais, econômicos, políticos, ambientais. Todavia a vulnerabilidade enquanto conceito pode tornar-se menos abstrata quando a análise recai sobre quem é vulnerável, a quem é vulnerável e porquê? (FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA, 2018).

4 A Agenda 21 Brasileira tem por objetivo instituir um modelo de desenvolvimento sustentável a partir da avaliação das potencialidades e vulnerabilidades de nosso país, determinando estratégias e linhas de ação cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público. É composta por 40 capítulos, divididos em quatro seções, os temas abordados por esse documento são: dimensão social e econômica; pobreza; consumo; sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; saúde meio ambiente e atmosfera. (FERREIRA; CORRÊA; COSTA, 2020).

desses indicadores da Agenda 21 analisados pelos autores, que revelam na atualidade, o perfil de vulnerabilidades dos dois municípios, destacado no quadro a seguir:

Tabela 1 - Indicadores do Progresso Social dos Municípios de Laranjal e Vitória do Jari.

DIMENSÃO	INDICADOR	VARIÁVEL	Laranjal Jari	Vitória Jari
Educação	Escolaridade	População alfabetizada (%)	73,0	71,5
		População de 25 anos ou mais com superior completo (%)	32,6	24,1
		Taxa de Analfabetismo (%)	77,3	70,56
	Qualidade do Ensino	Índice de Aproveitamento do Ensino Básico – IDEB (0-10)	36,5	33
		Abandono escolar de 6ª a 9ª série (%)	78,8	72,8
		Abandono escolar no ensino médio (%)	57	47
Político-Institucional	Participação popular	Existência de organizações represe	22,53	16,09
		Existência de conselhos municipais paritários (Nº)	41,18	17,65
	Gestão Administrativa	Número de servidores por mil habitantes (‰)	61,5	10,2
		Servidores com curso superior (%)	23,55	3,58
	Gestão Financeira	Receita Própria sobre a Receita Total (%)	3,63	4,47
Economia e Renda	Nível de Renda	Renda per capita (R\$)	43,6	31,2
	Desemprego	Taxa de desocupação - 10 anos ou mais anos (%)	55,9	24,2
	Desigualdade	Índice de Gini (0-1)	45,0	42,0
	Vulnerabilidade/ equidade	Domicílios em situação de pobreza (%)	31,01	19,29
		Mulheres entre os 10 e os 17 anos com filhos (%)	28,9	77,3
		Vulneráveis à pobreza (%)	33,8	16,4
Dinamismo Econômico	Média de Crescimento do PIB no último triênio (%)	65,17	57,79	

Fonte: Ferreira, Corrêa, Costa (2020).

Na tabela 1, chamamos atenção para alguns dos impactos significativos, negativos e positivos, nos municípios Vitória e Laranjal de Jari. Observa-se que a maior debilidade para os dois municípios reside na dimensão político-institucional e na economia-renda, assinalando as grandes dificuldades que esses municípios passam. Os indicadores do nível de renda,

desemprego, desigualdade e vulnerabilidade/equidade demonstram índices negativos e que precisam ser melhorados. Recorde-se que se trata de municípios interioranos na dependência de grandes empreendimentos, fruto das políticas nacionais para a Amazônia (FERREIRA; CORRÊA; COSTA, 2020).

É neste contexto de baixo desenvolvimento humano e alta vulnerabilidade social, que a educação profissional desenvolvida no Campus Laranjal do Jari está inserido, impondo ainda mais desafios que possam realmente promover o acesso, a permanência e o êxito de populações que vivem em situações de exclusão e exploração, frente ao sistema capitalista selvagem de dominação e exploração muitas vezes disfarçadas e mascaradas, tornando ainda mais relevante o princípio educacional de promover uma formação humana integral capaz de desenvolver o protagonismo dos estudantes diante de tantas situações aversivas perpetuadas ao longo dos tempos.

3 O PRINCÍPIO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO IFAP

O contexto de desigualdade social do Vale do Jari nos convida a refletir sobre o que é ensinar e aprender numa região marcada por um histórico de colonialidade. Para tanto, é necessário refletir de forma mais ampla, o princípio de formação humana integral contido nos documentos direcionadores de uma política educacional em expansão, desenvolvido nos IFs, com base em postulados teóricos que atravessam a compreensão a formação humana integral no ambiente de formação profissional.

A educação profissional precisa repensar profundamente os processos sociais historicamente construídos, que ao longo do tempo ditaram as regras da formação, na compreensão e produção do conhecimento. Para tanto, é necessário lançar mão de diálogos diversos, com percursos que atravessam o desenvolvimento humano no campo da ciência social, da psicologia e da educação.

Alinhada com as diretrizes expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a atuação dos IFs, constitui-se, dessa forma, como importante contribuição à geração de novas múltiplas e melhores oportunidades de formação para milhões de brasileiros num horizonte de longo prazo.

Alguns dos diferenciais dos IFs, são evidenciados pelo seu potencial inclusivo. Estrategicamente, engloba diversos aspectos, como a questão geográfica das disparidades estruturais, do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Nesse sentido, vale ressaltar alguns objetivos gerais contidos na Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior definidos pelo MEC:

Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso;
Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência deles no interior do país; e
Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais (BRASIL, 2008).

As finalidades, características e objetivos contido no ato de criação dos IFs, servem como marco para a implantação e desenvolvimento de seus planos e ações, tendo como princípios norteadores:

I. Inclusão e justiça social, com equidade, cidadania, sustentabilidade, ética e respeito à diversidade. II. Verticalização do ensino e indissociabilidade da pesquisa e da extensão nos diversos níveis e modalidades. III. Gestão Democrática, com transparência, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas. IV. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais. V. Educação como direito social, pautada na formação humana integral, com foco na produção e socialização do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo. VI. Democratização do acesso e garantia de permanência e conclusão com êxito. VII. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União. VIII. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão. IX. Excelência acadêmica. X. Adequação e flexibilização de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos às necessidades e especificidades regionais (BRASIL, 2008).

É importante destacar, que o avanço obtido a partir da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica pelo país, evidenciada, pela implantação dos IFs em todos os estados no Brasil, impulsionaram uma educação profissional com foco cada vez mais nos aspectos socioculturais de transformações das potencialidades humanas, a fim de contribuir com desenvolvimento econômico e social de cidade antes não contempladas no espaço brasileiro.

Diante o art. 6º, da Lei nº 11.892/2008, o IFAP define assim suas finalidades, que compreende:

a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico; b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais; c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os recursos humanos; d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades locais e regionais; e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à pesquisa; f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes públicas de ensino; g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação tecnológica; i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade (IFAP, 2022a).

Perante essas finalidades a educação a ser ofertada no IFAP, deve acompanhar as mudanças da chamada sociedade globalizada ou do conhecimento com base no processo educativo pautado na formação de sujeitos emancipados, conscientes e dotados de capacidade crítica para tomada de decisão e resolução de problemas na vida social e produtiva, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região. Assim, pensar a reestruturação da educação profissional e tecnológica a partir de uma nova concepção, cujo princípio está na articulação entre educação, ciência, trabalho, cultura e tecnologia. Esta articulação tem por objetivo promover uma formação humana que ultrapassa os limites do simples fazer profissional, preocupando-se com a formação integral dos indivíduos, tendo em vista as novas demandas sociais e do mundo do trabalho (IFAP, 2022a).

O IFAP reafirma a concepção de ser humano, entendendo-o como um ser histórico-social que atua no mundo concreto de forma consciente para projetar e satisfazer suas necessidades subjetivas e sociais, construindo e reconstruindo conhecimentos. Por sua vez, a concepção de sociedade assumida pela Instituição é aquela na qual se acredita ser fruto de uma construção humana em âmbito coletivo, que se estrutura ao longo de gerações, reorganizando seus conceitos e paradigmas na medida em que acontece o desenvolvimento físico e intelectual dos sujeitos, estabelecendo relações coletivas em busca da satisfação das necessidades intrínsecas do ser humano.

Considerando as concepções de ser humano e sociedade na sua construção histórica o IFAP, como instituição formadora consciente de seu papel social, propõe formar cidadãos e trabalhadores capazes de compreender a si mesmo, seus pares e o mundo, pauta sua prática educativa na superação da fragmentação curricular e do ensino descontextualizado. A proposta educacional da instituição deve, portanto, constituir-se como propulsora para a formação integral dos sujeitos, contribuindo para que se tornem cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, éticos e solidários. Orientadas pelos seguintes princípios filosóficos, no qual destacamos:

I-Concepção de ser humano como um ser dotado de potencialidades, com capacidade de autossuperação e de agir ativamente para transformar a realidade onde está inserido

II-Concepção de sociedade como organismo vivo, reconstruída a cada momento histórico pelos sujeitos, considerando as relações de interesse e necessidades da coletividade, numa perspectiva de construção de sociedade igualitária, justa e fraterna;

III-Compreensão de educação como um processo de construção humana que resulta na produção de conhecimentos, cultura, valores e atitudes, contribuindo para o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, com repercussão na melhoria da qualidade de vida da sociedade;

IV-Visão do educando como um ser dotado de necessidades em todas as suas dimensões: física, cognitiva, social, emocional, moral e espiritual que devem ser consideradas e desenvolvidas pelo processo educativo assumido pela instituição;

IV-Valorização do conhecimento enquanto grande capital da humanidade e fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento de uma sociedade (IFAP, 2022a).

A abordagem teórico-metodológica que orienta a prática educacional do IFAP, deve reunir elementos críticos capazes de desenvolver uma educação pública, democrática e de qualidade referenciada. Para que isto se torne possível, as ações educacionais devem adotar pressupostos que superem o ensino típico do ensino tradicional, promovendo a práxis no processo educativo. A partir deste entendimento, a proposta pedagógica do IFAP posiciona-se favorável à promoção de uma prática educativa crítica/reflexiva, contextualizada e transformadora, que tenha clareza sobre como pretende desenvolver seu processo educativo, pautada em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação do ser humano na busca de caminhos de uma vida mais digna (IFAP, 2022a).

Nesse sentido busca-se mudar concepções competitivas de desigualdades, na oferta de cursos profissionalizante para um acesso inclusivo, garantindo o direito à educação profissionalizante, oportunizando melhoria de renda por meio do trabalho especializado. Estabelecendo contatos que visem à inserção no mundo produtivo, seja por meio de empreendedorismo, associações solidárias, empregabilidade e tecnologias sociais. E assim, os IFs, passam a ser um grande exemplo de perspectivas na promoção da política educacional de desenvolvimento exitosa (BRASIL, 2009).

A formação integral humana e educação, em especial profissionalizante, são partes indissociáveis de um constructo contínuo ao longo da vida, permeada e carregada por fatos sócio-histórico-cultural, e também, carregados por questões afetivas, possibilitando a criação da singularidade e diversidade inerentes aos seres humanos. No entanto, as oportunidades de educação de qualidade nem sempre foram oferecidas a todos igualmente, no mesmo momento e local. No passado e no presente, vivemos sobre um regime de divisão de classes socioeconômicas, com profundas desigualdades e situação de exclusão.

Na prática, o IFAP busca em suas ações alinhar-se às políticas sociais que visam minimizar e reparar algumas das desigualdades sociais que foram construídas ao longo do tempo e, muitas das vezes, com colaboração direta do Estado Brasileiro. Exemplo, é a criação no âmbito do IFAP, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas, Povos da Floresta,

Comunidade LGBTQIA+ e Identidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, denominado NEABI+/IFAP:

Art. 2º O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas, Povos da Floresta, Comunidade LGBTQIA+ e Identidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, denominado NEABI+/IFAP, tem a finalidade de regulamentar e executar as ações referentes as implementações das Leis Nº10.639/03 e Nº11.645/08 que instituem a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, a lei Nº1.483/10 que institui o programa de fortalecimento, preservação e recuperação das línguas indígenas tradicionais do Estado do Amapá, bem como as demais políticas afirmativas e todas as ações de ensino, pesquisa e extensão para melhor atender os povos da floresta, comunidade LGBTQIA+ e diversas identidades como cita a lei Nº12.990/14 que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

Art. 3º O NEABI+ é um núcleo de promoção, acompanhamento, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visa eliminar o racismo em suas diversas estruturas, preconceito, Lgbtfobia em todas as suas formas discriminatórias:

§ 1º. Ao NEABI+ caberá desenvolver ações de implantação e implementação das políticas afirmativas, conforme diretrizes do Ministério da Educação e demandas existentes nos Campus, Centro de Referência em EaD e Reitoria.

§ 2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira, diversas áreas do conhecimento multicultural e pluricultural, além do campo social, econômico, educacional, dentre outras.

§ 3º. O NEABI+ deverá organizar atividades que contemplem os diversos aspectos da história e da cultura e autoafirmação que caracterizam a formação da população afro-brasileira, indígena, quilombola, LGBTQIA+ e povos da floresta (IFAP, 2022b).

A implantação dos NEABI+/IFAP, aglutina diversas formas teóricas que compreendem que a conscientização frente as mazelas que vivem uma maioria de vulnerabilizados inicia-se por uma educação realmente comprometida com as verdades que impõe a vida social. Moura e Azevedo (2014), consideram que para construir um caminho que levará à garantia do direito de todos a uma formação igualitária, a classe trabalhadora precisa ser formada a fim de assumir a direção do protagonismo social de modificações das desigualdades. Para isso é preciso ir além da disponibilização de conhecimentos científicos e tecnológicos, é preciso estimular o pensamento crítico reflexivo sobre os códigos culturais vivenciados pelos grupos sociais ao longo da história a fim de compreender o universo dos problemas e das vulnerabilidades de uma sociedade. O pensamento crítico reflexivo pode contribuir para o desenvolvimento de

novos modelos de produção de conhecimento científico e tecnológico voltados para interesses sociais e coletivos de forma mais liberadora.

Neste sentido, Frigotto (2005), ao analisar também, o campo educativo da formação profissionalizante na educação básica, afirma que necessitamos reiterar, sem constrangimento, a concepção de uma educação básica pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na ideia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento sustentável. A formação humana integral na educação profissional permeia as definições de um currículo integrado, nesse sentido nenhum conhecimento é apenas geral, nem apenas específico, pois no que tange a compreensão de desenvolvimento e produtividade vivenciados pelas sociedades, não pode ser formulado ou compreendido fora das humanidades sociais e da linguagem. Nesse sentido, a realidade vista na integração é a restauração da relação entre o conhecimento selecionado e sua aplicabilidade.

A principal discussão sobre a formação integral, diz respeito ao confronto entre sistemas de formação mais gerais e sistemas profissionais que constituem qualificações imediatamente utilizáveis em funções específicas. No entanto, reconhecemos a contradição como parte da realidade da exclusão, admitindo que estar só faz sentido através do compromisso ético-político, com a transição para um tipo de sociedade não excludente. A perspectiva de um programa integrado permeia a construção histórica da profissionalização dos trabalhadores no cenário econômico brasileiro, pautado pela visão capitalista, que promove a competição no mercado e o consumo, diferencia as pessoas em classes, e nesse cenário, a autora sustenta que a aprendizagem escolar deve permitir à classe trabalhadora compreender sua realidade para além de sua aparência e, assim, escolher condições de desenvolvimento, para transmutar as necessidades da classe excluída. É daí que vem o sentido do trabalho como princípio educativo, que também quer assumir o sentido ontológico, pelo qual o compreendemos como prática humana, sendo a forma como as pessoas cria a sua própria existência em relação à natureza e aos outros indivíduos (RAMOS, 2005).

O controle de elites dominantes repousa a distribuição dos saberes, exemplo: a criação das escolas e dos currículos, foram diferenciados para os filhos da classe com melhores condições de vida com a educação geral, e o povo pertencente à classe baixas, pobres e trabalhadores com a preparação para o trabalho produtivo, estabelecendo a dicotomia entre o valor do trabalho e valor dos indivíduos. Contradizendo o que defendia o direito à educação pública, laica e democrática, incorporada à Constituição Federal, 1988. Para os autores, essa

dicotomia só pode diminuir graças a luta de alguns setores sociais, sociedade civil organizada, assim como as entidades educacionais e científicas (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006).

Nesse período, as instituições educacionais e científicas comprometem-se a salvaguardar o ensino básico com abordagem unificada de todas as fases e formas de práticas sociais e laborais como princípio educativo. Essa perspectiva educacional com ideais politécnica⁵, visam contribuir para os princípios da formação do ser humano na sua totalidade, incorporando ciência, cultura, humanismo e tecnologia para o desenvolvimento de todo o potencial humano. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006).

Porém, segundo Mészáros (2008), sem intervenção efetiva na educação é impossível quebrar o círculo vicioso dos desejos artificiais impostos pela compulsão da acumulação lucrativa do capital, danosa à sobrevivência humana. Deve ser uma intervenção capaz tanto de estabelecer prioridades quanto de definir reais necessidades, por meio da deliberação plena e livre das pessoas envolvidas, pois, para vencer as barreiras da lógica hegemônica, a sociedade precisa de pessoas com senso crítico para enxergar as implicações da lógica capitalista, do modo de produção sobre o meio ambiente e sobre si mesmo.

Conforme mencionam Frigotto e Ciavatta (2011), a hipótese de uma formação profissional com formação omnilateral, que abrange todas as dimensões da vida inclusive a do bem-estar social, no sentido de formar o ser humano em seus aspectos físico, mental, cultural, político e científico tecnológico. Uma educação omnilateral permeada pelos ideais da educação socialista de base marxista, que busca superar as divisões de classe. Ideias estes também tratado por Ciavatta (2014), ao discorrer sobre no campo da educação e do trabalho, reafirmamos a necessidade de uma nova educação universal de qualidade para toda a nação, que se empenha em contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais traga um padrão de vida digna, não só para a aristocracia, mas também aos assalariados verdadeiro produtor de riqueza social. O processo educativo, concretiza tarefas político-pedagógicas a partir de desenvolvimentos relacionados com a integração dos saberes no currículo. Isso significa também, que o currículo deve ser imaginado como a relação entre as partes e a integralidade na produção do conhecimento, refere-se ao estudo de como acontece a

5 A concepção aparece no Manifesto Comunista em “O Capital” e diz respeito a educação tecnológica e educação politécnica no qual o pensador alemão Karl Marx enfatiza as dimensões intelectuais e físicas de uma proposta de pedagogia associado a educação ao trabalho e processo produtivo, e que propicia aos trabalhadores uma formação integral e, com isso garante sua emancipação não somente econômica, mas social e intelectual (Frigotto; Ciavatta, 2011).

compreensão e apropriação intelectual de um determinado campo empírico, teórico ou simbólico; e como as relações que formam e estruturaram a produção social da existência humana.

E como proceder a substituições ou ressignificação de conhecimentos até então marcado por uma educação tradicionalista de reprodução metodológica. A resposta não é simples, no entanto, corroboramos com as análises de Gerhardt (2001), acerca do pensamento crítico-reflexivo Freiriano, e sua práxis humanizadora, enquanto essência motriz de uma educação libertadora, um novo pensar na construção do conhecimento. Nessa perspectiva, Pain (2020), fala da importância das obras de Paulo Freire, que são atemporal, pois o pensamento e a práxis Freiriano influenciou diversos pensadores em variados campos do conhecimento, em especial a pedagogia crítica e a práxis de uma educação libertadora.

Segundo Gerhardt (2001), a educação popular Freiriano, trouxe significativas reflexões sobre os sujeitos colocados à margem da sociedade capitalista, no qual o oprimido deve sair dessa condição de opressão a partir do estímulo da consciência de classe oprimida. Considerando que os pressupostos e argumentos da obra de Freire convergem com a literatura decolonial, tais como o raciocínio dialético, a ideia de colonização cognitiva, e o argumento de que a dominação e a estrutura do opressor se fundamenta na relação de poder imposta nos processos de colonização.

No livro “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire escreve sobre as contradições que se instalam na relação opressor/oprimido, sobre as consequências dessa opressão no processo de desumanização do sujeito e sobre a necessidade de conscientização do oprimido para que este possa se livrar de seu aprisionamento ao opressor. A educação das pessoas que vivem em situações desiguais, dos oprimidos, empenha em restabelecer as relações interpessoais de dominação, inspira-se verdadeira na amabilidade compassiva, revelado nos interesses egoístas dos opressores, o egocentrismo disfarçado como falsa amabilidade e tornando os oprimidos objetos de sua humanidade, sustenta e personifica a própria opressão. Funciona muitas das vezes como instrumento de desumanização (FREIRE, 1987).

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores. A verdadeira libertação ocorre quando o oprimido toma consciência de que sua luta não deve ser para tomar o lugar do opressor, mas

sim libertar-se dele, humanizar-se, e, desse modo, libertar e humanizar também o opressor. Surge então para ele um novo modelo de homem, agora humanizado, e um outro sentido de liberdade (FREIRE, 1987, p. 17).

Para tanto, a formação humana, os processos educacionais, na perspectiva freiriana tem o dever de criar condições para que os seres humanos, seres sociais, possam desenvolver a sua vocação ontológica de ser mais, tornando-se um sujeito humanizado. Ser um sujeito humanizado requer passar por um processo de tomada de consciências, e para desenvolver esse tipo de tomada de consciência é preciso ir além do âmbito do conceito da realidade dada a realidade como um objeto reconhecível para um ato de autoconceito, onde os humanos assumem sua posição epistemológica de forma livre e verdadeira, sem as amarras impostas. (FREIRE, 1987).

Ao refletir sobre o processo de conscientização, Freire (1987) compreende que este processo não ocorre numa simples passagem de uma consciência mágica ou ingênua para uma consciência crítica. E que estar se caracteriza por três graus de consciência da realidade, condicionadas pela estrutura histórico-cultural. O primeiro grau é a consciência intransitiva, marcada pela falta de discernimento acerca da realidade, implicando uma incapacidade de entender as diversas problemáticas que cercam os indivíduos, nesse estágio ele não consegue exprimir-se, pois se encontra ainda em si e não é capaz de chegar à autoconscientização do para si. Porém, à medida que o sujeito dialoga sobre questões transcendentais à esfera meramente vital, sua consciência se alonga em um processo transitivo que o autor denomina de consciência ingênua; nesse segundo grau de consciência, o indivíduo possui uma compreensão mágica da realidade, perceptível na fragilidade de suas argumentações. A escuta do outro ainda não é sensível, as concepções são consolidadas individualmente. E só a partir da consciência ingênua pode emergir o terceiro grau de consciência da realidade, a consciência crítica, marcada pela segurança de argumentos, pela recusa a qualquer tipo de autoritarismo e dominação, e pela presença do diálogo e do compromisso com a libertação e a emancipação do ser humano

Freire (1996), considera que é através da permanente ação transformadora da realidade subjetiva que ocorre uma educação realmente liberadora. Para o autor, o ser humano simultaneamente cria a história e se fazem seres histórico-sociais, sujeitos de ação reflexiva e de reedição. É na relação dialética com o mundo que o sujeito se constitui e se liberta, tornando-se protagonista de sua história, ao mesmo tempo, é preciso considerar seus desejos, necessidades, emoções, motivações, interesses, impulsos e inclinações, sobretudo suas particularidades, respeitando a autonomia dos indivíduos, seus saberes e modos de fazer. Considera que a educação significativa, precisa ser entendida a partir da ideia de que os

processos educacionais formativos são mais do que uma acumulação de fatos, estes processos devem provocar uma modificação e transformação de pensamento e de sentimentos, quer seja no comportamento atual dos indivíduos, quer seja na sua orientação futura, possibilitando assim a formação de atitudes protagonistas realmente transformadoras de realidades cristalizadas num sistema de subordinação socioeconômico-cultural.

O imperativo de uma educação profissionalizante realmente significativa frente não apenas as vulnerabilidades socioeconômicas, mais também, sócio afetivas, cada vez mais reflexiva diante a ordem da exclusão social. Para tanto, é necessário desenvolver ainda mais a autonomia e o protagonismo das pessoas na plena realização de suas individualidades e singularidades de ser humano capaz de construir uma cidadania proativa, protagonistas, no enfrentamento e modificação das desigualdades sociais.

4 A PSICOLOGIA SOCIAL E A PERSPECTIVA DECOLONIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROTAGONISMO NO ENSINO PROFISSIONAL

A educacional profissionalizante que aqui expomos, compreende a necessidade de ultrapassar as barreiras da lógica hegemônica, desconstruindo e construindo uma sociedade de indivíduos capazes de compreensão crítica, percebendo as implicações do modo de produção capitalista sobre o meio ambiente e sobre si mesmo (MÉSZÁROS, 2008). Para tanto, os princípios educativos profissionalizantes e suas práticas compreendem que, as pessoas não apenas como classe trabalhadora dividida, mas principalmente, de sua realidade para além de sua aparência, e assim, obter condições de desenvolvimento e transformação das necessidades, especialmente das classes excluídas (RAMOS, 2005).

Nesta perspectiva cabe refletir sobre a interseccionalidade entre a psicologia social de visão decolonial⁶, que encontra nos fundamentos teóricos de Martín-Baró (2011; 2017), Dias (2020), Quijano (2005), Mignolo (2011), Fanon (2005), Lima e Malcher (2019), Bernardo e Pereira (2017) uma psicologia que não apenas individualize as subjetividades humanas, mas que dialogue com estudos históricos, geográficos, antropológicos, filosóficos, sociológicos, com o saber popular. Uma psicologia na educação que compreenda que as vulnerabilidades e riscos sociais cristalizadas atualmente, encontram repouso no não discutir as diversas nuances que envolvem as violências da exclusão e das desigualdades sociais.

De acordo com Lima e Malcher (2019), as contribuições da psicologia social no processo educacional surgiu enquanto um paradigma científico, que sob a luz de uma formação ontológica do ser humano em se reconhecer e se transformar. Reforçando a necessidade do ambiente de educação formal poder desenvolver valores psicológicos e comportamentais, a fim de produzir nos estudantes sentimentos, pensamentos e atitudes protagonistas, donos de sua própria historiografia e, especialmente, capazes de combater e transformar as vulnerabilidades e desigualdades sociais.

⁶ A visão decolonial é uma nova atitude de mudança de perspectivas científica, de olhar profundo, que se encontra nas práticas e no conhecimento dos sujeitos colonizados desde o início mesmo da colonização, já presente nos factos que ocorreram desde a chegada dos colonizadores. É um projeto subjetivo radical na superação das mais distintas formas de opressão e dominação perpetrada pela modernidade/colonialidade, das classes dominantes diante aos grupos subestimados, presente nas regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles eurocênicas e eunorteamericanas, dominação estas cristalizadas nos planos do existir humano, nas relações sociais e econômicas, no pensamento e na educação (MALDONADO-TORRES, 2016).

A psicologia social, enquanto prática na educação, leva em conta principalmente, que as repressões e violências⁷ impostas pelo sistema, entre eles o sistema escolar, deixam suas marcas na formação da personalidade. As dificuldades encontradas nos processos pedagógicos que abordam o tema da dominação podem estar relacionadas a poderosos mecanismos inconscientes de negação ou sofrimento psíquico. Sendo preciso em cada caso, encontrar uma forma de iniciar um diálogo e uma reflexão que permita enfrentar essas resistências sem que as pessoas interrompam ou abandonem o processo educacional ao enfrentarem seus medos e suas resistências, sejam elas, inconscientes ou conscientes (BERNARDO; PEREIRA, 2017).

De acordo Bernardo e Pereira (2017), é fundamental que a psicologia social problematize a todo o momento as questões que lhe são colocadas cotidianamente, seja pela mídia, pelos pares e pelo seu próprio fazer profissional, independentemente do tipo de atividade que exerça e de onde ela ocorra. Com isso, apontamos que a psicologia social possa empreender uma crítica reflexiva sobre a realidade histórica em que está inserida e também sobre suas práticas profissionais, as quais participam na constituição de subjetividades, e na construção da realidade social. O desafio importante que se coloca para a psicologia é rever suas práticas e manter-se atento para o fato de que essas não são neutras, mas sempre fundamentadas num caráter político e ideológico. Para tanto, é preciso afinar temáticas e discussões de raça/etnia, gênero, sexualidade, religiosidade e práticas religiosas. Pois, uma atuação individualista dentro de serviços especializados da educação, poderia se tornar trágica ao deslegitimar modos de vida, enxergando segundo uma visão psicologizante e individualista que não leva em conta os agenciamentos históricos, sociais e políticos que produzem e no qual são produzidas essas subjetividades. Assim, a atuação da psicologia precisa se pautar por essa visão social, alinhada aos direitos humanos, que são pautados pelas diversidades. Tal perspectiva considera a psicologia uma prática política na qual, através do encontro, que mobiliza afetos, se produz e são produzidas novas visões de mundo, novos olhares, novas subjetividades.

Na produção do conhecimento das ciências sociais existem diversas interpretações que buscam superar a fragmentação e o mecanicismo. A psicologia social é umas dessas ciências. Conforme a analítica de Prado Filho e Martins (2017), pautados na problematização da

7 Entendemos os fenômenos da violência e dos preconceitos como problemáticas a serem pensadas a partir das condições desiguais e diferentes de existência social e cultural de todos os atores envolvidos na educação, incluindo docentes, discentes e seus familiares, tendo em vista a importância da escola na formação e orientação da sociedade para o enfrentamento dos referidos problemas. O aprofundando a análise a partir das vozes daqueles que protagonizam a escola e que se constituem em um contexto que apresenta situações de preconceito e de violência que não são, a nosso ver, inerentes aos indivíduos, mas sim, produzidas em contextos sociais e educacionais que precisariam ser revistos e modificados (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018)

subjetividade de Michel Foucault, os autores vislumbram que a atuação da psicologia social deve se concentrar no sujeito, na concepção crítica da subjetividade, no "pensar diferente" e que possam interrogar enunciados que sustentam nossas regularidades subjetivas e sociais, em que pensar diferente é ação política, transgressão do discurso resistência ao poder e exercício de poderes concretos liberdade. Considerando que há toda uma multiplicidade de sujeitos: direito, disciplinas, normas, moralidade, sexualidade, o sujeito produzido pelo conhecimento nasci na sua problematização mais específica, perpassando por sua regionalização historicamente edificado.

A subjetividade se cria na relação das forças que atravessam o sujeito, no movimento, no encontro das práticas de objetivação no saber e no poder com as modalidades de subjetivação, o que inclui as formas de reconhecer o próprio sujeito, a norma, a prescrição e estética de si. Esta diversidade de sujeitos implica uma multiplicidade de formas de existência, de jeitos históricos de ser, com formas de subjetivação para além dessas consequências em termos de saber e de poder. É preciso lembrar que na sociedade capitalista a estética da subjetividade é fetichizada investida de valor, torna-se mercadoria a ser consumida pelos indivíduos, nesse sentido Prado Filho e Martins (2017) reportam que:

No que diz respeito a nós, sujeitos modernos contemporâneos, submetidos a formas históricas de subjetividade, da individualidade, da correlativa do discurso liberal, do estatuto do indivíduo e do próprio capitalismo. A identidade, socialmente marcada e normalizada, resultante da moderna democracia com sua carta de direitos. Nós reconhecemos como sujeitos da razão, conscientes, livres e autônomos, mesmo sabendo que não o somos sujeitos ético-morais, além de estarmos "intimamente" ligados a valores morais; pensamos racionalmente, agimos capitalistamente, agindo competitivamente, egoístas, e condescendentes com aqueles que derrotamos no jogo da ambição capitalista. E o efeito de subjetividade que isto gera em nós é a sensação de desconforto, de adoecimento e conflito psicológico, que pode ser tomado na verdade como conflito ético, exposição do sujeito a éticas contraditórias, ambíguas, gerando ambivalência. Isso é ser não genérica, mas, concretamente, sujeito ocidental-moderno, inscrito nessa tradição cultural e histórica (PRADO FILHO; MARTINS, 2017, p. 5).

E por compreender que os indivíduos são sujeitos contemporâneo submetidos a formas históricas de subjetividade, que a psicologia social na prática contribui não apenas com a saúde mental dos indivíduos, mais também, com a qualidade de vida das coletividades, compreendendo que a diversidade humana é parte essencial na formação das identidades, combatendo na essência as origens de pensamentos que condicionam a discriminação, exploração, opressão e toda forma de violência social. Tais contribuições, são evidenciados no código de ética profissional do profissional de psicologia, que reafirma a responsabilidade social numa atuação que privilegie análise crítica diante o perfil histórico, política, econômico,

social e cultural dos indivíduos. A partir de reflexões que apontam para a ofensiva no aprofundamento das desigualdades sociais e na intensificação da exploração, tendo como elementos problematizar questões junto aos demais atores sociais com os quais trava contato no cotidiano (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Nesse sentido, é importante compreender como se dá as consequências da colonialidade na vida dos indivíduos e de suas coletividades, ou seja, como os processos coloniais permanecem em curso mesmo após o fim das colônias. Nenhum entendimento de subjetividade pode ignorar tal pressuposto, já que os processos de subjetivação que se constituem, incluindo os sonhos, desejos e a motivação que impulsiona a ação humana, não estão livres do processo colonial, processo esse cristalizado nas mais diversas formas do conviver (BERNARDO; PEREIRA, 2017).

A posição decolonial encontra as suas raízes em projetos rebeldes que relutem, questionam e procuram alterar os modos coloniais de existência, saber e poder, entendidos aqui à luz dos postulados de Quijano (2005). A visão decolonial, aponta para uma compreensão que a classificação racial da população em colonizadores brancos e colonizados índios, negros e mestiços, e mesmo a criação de novas identidades raciais ditas de menor valor como os amarelos e azeitonados ou oliváceos, foi a base de sustentação de uma organização social e econômica que determinou futuras e duradoras relações de trabalho no mundo, em que as formas de controle do trabalho não pago, não assalariado desenvolvida entre os brancos justificou, a inferioridade racial dos colonizados considerados não dignos do pagamento de salário. Não é muito difícil encontrar ainda hoje essa mesma atitude entre as pessoas brancas de qualquer lugar do mundo nos atuais centros capitalistas o menor salário é das raças ditas inferiores, fato este que não pode ser compreendido sem ser explicado primeiramente a partir da classificação social racista do mundo-eurocêntrico mundo-moderno e sua colonialidade do poder e do saber expedido (QUIJANO, 2005).

Essa colonialidade de controle a partir da divisão e classificação racial, determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista, de um modelo de mundo que disseminou a ideologização de uma modernidade eurocentrada (QUIJANO, 2005, p. 120).

Nesse sentido, o conceito de modernidade que atravessa gerações, passa pela imaginação dos europeus ocidentais de acharem ser o poder de uma trajetória civilizatória em estado natural, levou-os também a pensar, serem os modernos da humanidade e de sua história, ditando regras e costumes nas mais diversas questões humanas, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. E na contramão, atribuíam ao restante o pertencimento a uma categoria, por natureza inferior. Os europeus também imaginavam que não eram apenas os portadores exclusivos dessa modernidade e desenvolvimento, mas também seus criadores e protagonistas. Conseguiram estender e estabelecer a dominação e a exploração dentro do novo universo intersubjetivo de compreensão global, de como os demais também se auto reconhecerão (QUIJANO, 2005).

Para Fanon (2005), a visão decolonial possibilita aos indivíduos um processo de desaprender o que foi posto pela colonização, e que foi adotado no processo de normalização cultural, onde os povos não-brancos foram silenciados. Esse processo ocorre de forma individual e coletiva, em um “intelectual-revolucionário”, e a educação de visão decolonial significa abrir a mente e despertar a grande massa para o nascimento de sua identidade e inteligência.

O processo educacional de conscientização individual e coletiva da colonialidade/decolonial, compreendida por Fanon (2005), perpassa pela necessidade do agir, que devem permitir um “pensar desde” a condição “ontológica-existencial racializada dos povos colonizados”, exaltando assim, novas compreensões próprias da colonialidade nas relações do poder, do saber e do ser humano. Uma educação de “pensar com”, nesse sentido sua construção relaciona outros setores da população, não somente os acadêmicos, havendo uma construção coletiva suscitando uma preocupação e consciência impostas pelos padrões sociais coloniais. São nessas bases que a psicologia social de visão decolonial fundamenta-se, exercitando a autoconsciência, a humanização individual para construção coletiva de libertação das mentes, num movimento de resistência.

Consequentemente, há uma necessidade crescente de incluir uma agenda de gestão nas instituições e setores sociais que possam promover os saberes e práticas informados pela opção decolonial, a exemplo, uma perspectiva transcospolita, apontada por Abdalla e Faria (2015), esta agenda é baseada em três áreas inter-relacionadas: acadêmica, educacional e social. A criação de conhecimento das condições e condicionantes local é a força motriz por trás de novas posições epistemológicas nos desenvolvimentos científicos em gestão. A decolonialidade

também tem longa história, o seu início formal coincidindo com a inauguração da colonialidade, mas a sua visão cosmopolita do mundo de co-construção de um mundo em que mundos diferentes possam coexistir começa muito antes. A proposta de uma nova agenda de administração/gestão no Brasil, em uma perspectiva transcsmopolita defendida pelos autores segue três hipóteses principais:

Primeiro, esta deve gerar benefícios e libertação não apenas para pesquisa acadêmica, mas também para sistemas mais amplos e outros tipos de saberes. Em outras palavras, a opção decolonial deve ser acessível não apenas a acadêmicos de administração/gestão, mas a uma variada e vasta população de invisibilizados e vitimizados em escala global que administra e organiza cotidianamente problemas gerados pela hiper-modernidade global. Segundo, os processos de resgate, legitimação e disseminação de práticas e saberes/conhecimentos decoloniais engajados aos problemas reais e respectivos loci de enunciação devem ser mobilizados por essa comunidade ampla. Em outras palavras, a opção decolonial deve continuar sendo co-construída por uma vasta comunidade vinculada a múltiplas concepções e práticas de administração/gestão e sob uma perspectiva transcsmopolita. Terceiro, a opção decolonial deve ser legitimada sob uma perspectiva comunitária, ao invés de imposta ou escolhida por indivíduos como se fosse mais uma mercadoria nas prateleiras da academia global de gestão. O regime de propriedade de conhecimento que governa a academia deve ser desafiado por meio de uma lógica comunitária que torna praticantes e membros da sociedade e das comunidades constituintes e coproprietários de saberes/conhecimentos decoloniais. Tendo em vista a posição ambivalente de economias e sociedades emergentes no sistema mundo e a crescente importância do conhecimento acadêmico científico (ABDALLA; FARIA, 2015, p. 922).

Para tanto, o processo de pensar decolonial deixar claro, no pensamento e na ação, que um futuro global não pode mais ser considerado como um futuro global em que apenas uma opção está disponível. Afinal, quando apenas uma opção está disponível a "escolha" perde totalmente o sentido. Para isso, é preciso colocar as pessoas, estados e instituições a ação reflexiva. Para seguir nessa direção, deve mudar os termos da conversa, mudar os termos da conversa não apenas o conteúdo, isso significa pensar e agir de forma não colonial, mesmo que seja algo tão difícil inicialmente (MIGNOLO, 2011).

O pensamento crítico-reflexivo, das práxis contida nos fundamentos no materialismo-sócio-histórico-dialético⁸, a psicologia social surge no Brasil como uma forma epistemológica

⁸ Lane e Sawaia (2006) reconhecem que não estamos solitários diante das preocupações decorrentes do movimento do real. Aflitos como também estão os psicólogos sociais da América Latina. Diante da constatação das inúmeras contradições do mundo dos homens contemporâneos: de um lado o individualismo, o consumismo sem limites, o extraordinário avanço de natureza científica e tecnológica; de outro, a reprodução da miséria em

de repensar os indivíduos em processos sociais, uma vez que, justapõem sentidos de desvelar as contradições que imperam na estrutura de classes, as condições desiguais, as formas opressoras e hegemônicas de dominação, que produzem exclusão e marginalização, e impedem a emancipação humana em suas potencialidades psicológica (LANE, 2008).

A visão decolonial que atravessa a ação da psicologia social nos ambientes de formação educacional precisa operar a partir da interseccionalidade, perpassando por questões étnicas, raciais, culturais, sexuais, de gênero, de classe social na sua atuação com indivíduos e suas coletividades. Entendida não como apenas um único recorte, mas como uma forma de compreensão da integralidade do ser, sendo impossível descartá-las.

Portanto, a psicologia social da atualidade está assumindo cada vez mais atitude de comprometimento, diante principalmente as diversas disparidades do valor e da ação humana que se perpetuaram na história. Promovendo uma inserção social mais ampla dos sujeitos, com prestação de serviços direto ou indiretamente, para a grande maioria da população, e desta forma, poder ir além da ação curativa e de prevenção, podendo colaborar para a solução das injustiças sociais e da alienação social do Ser humano. O pensamento da psicologia social visa sistematizar saberes para que junto com a população possa enfrentar seus problemas e dúvidas do dia-a-dia, e encontrar soluções, propiciando o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e da comunidade (LANE, 2008).

De acordo com resolução própria do Conselho Federal de Psicologia, a especialidade de psicologia social fica instituída com a seguinte definição, atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social.

O psicólogo social, desenvolve atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da Saúde, Educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social. Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social

níveis alarmantes e a degenerescência política que atinge a população latino-americana em larga escala. Retoma os principais pressupostos teórico-metodológicos presentes na sua produção desde os anos 1980, reafirmando sua filiação à abordagem da psicologia com base no materialismo histórico e dialético, resguardando a perspectiva da historicidade do homem, reconhece que “um ser humano só pode ser conhecido depois de seu contexto histórico e social do qual ele é produto e produtor”. E prossegue considerando que só chegamos ao conhecimento científico desse processo se o captarmos em seu movimento dialético. O método de apreensão do real, tal como pensou Marx, se faz presente nos estudos de Lane, em seu percurso de pesquisadora, assim como o método em psicologia, tal como pensou Vigotski, Henry Wallon e Martín-Baró.

e/ou definição de políticas públicas. Realiza estudo, pesquisa e supervisão sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualifiquem o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003, p. 2).

As contribuições da psicologia social de visão decolonial podem ser melhor evidenciada a partir do olhar de Ignácio Martín Baró⁹, pois estás impulsionaram o pensar da psicologia social, orientada para a libertação coletiva e para a emancipação individual. Uma vez que, acredita-se que, até que as pessoas tenham a consciência de seu poder social, suas necessidades serão ignoradas. E cabe aos profissionais da psicologia, contribuir para fortalecimento das necessidades populares, para isso, é necessário libertar as/os psicólogas/psicólogos latino-americanos de tudo o que os retém de estar a serviço dos povos oprimidos e oferecer a capacidade científica para a transmutação social, porque o problema mais urgente dos povos latino-americanos é a miséria opressiva, sua condição de dependência que o priva da capacidade de definir sua vida (MARTÍN-BARÓ, 2017 apud LIMA; MALCHER, 2019).

A principal contribuição da psicologia social de visão decolonial, conforme Lima e Malcher (2019), envolve ação de resistir, tomar para si a rebeldia, a insubordinação, o enfrentamento a todos os retrocessos conservadores, inclusive os teóricos-epistemológicos-políticos que entraram em nossa vida sem que tivéssemos tomando consciência do que realmente isso significa em termos de subordinação. Para as autoras, uma psicologia a partir da crítica decolonial, traz contrapontos da geopolítica do conhecimento a partir do *lócus* da enunciação, ou seja, do lugar e corpo-político do sujeito que fala e o lugar epistêmico subalterno. A provocação se dá para pensarmos sobre a história, a nossa história e de qual lugar e por quem ela é contada.

A psicologia social de visão colonial, contribuiu no combate de desumanização do ser humano, na devastação de populações indígenas que não se enquadravam na “missão civilizadora”, essa devastação advinha com ideias de “curas”, de adestramento civilizatório no período da colonização, ou seja, dos não humanos coloniais, indígenas e negro, os que sofreram e sofrem os constantes genocídios, do não reconhecimento de suas terras e demarcações, assim

9 Martín-Baró é conhecido pelo desenvolvimento de uma proposta contra hegemônica de Psicologia que, inspirado na Teologia da Libertação, no Marxismo e nas aspirações dos movimentos populares da América Latina. O legado teórico do autor é extenso, são mais de 100 artigos e sete livros que atravessam as décadas de 1960, 1970 e 1980 com diversos temas pertinentes às realidades salvadorenha e latino-americana e à ciência psicológica. Temas como pobreza, fatalismo, problemas habitacionais, racismo, machismo, família, violência e guerra, religião e comportamento político, opinião pública, drogadição, processos pedagógicos, processos grupais, psicologia do trabalho, entre outros, marcam a trajetória do autor (MENDONÇA; SOUZA; GUZZA, 2016).

como, com o extermínio brutal da população negra. Diversos tipos padrões foram preestabelecidos, de comportamento aceitável por uma elite dominante, exemplo também estão os tipos aceitáveis acerca dos perfis comportamentais nas relações de gênero, na função da mulher, e na discriminação das pessoas LGBTQI+. Os pobres e todos aqueles que não se enquadram no perfil idealizado e desejado do ser branco e heteronormativo, sofreram violências não apenas sociais mais principalmente psicológicas (LIMA; MALCHER, 2019).

O lugar da psicologia social, no contexto da formação humana integral, surge como uma reposta de grande valia, possibilitando um constructo de saberes que se unem na compreensão do comportamento humano e de suas transformações. As ideias decoloniais requerem que o fazer da psicologia possa operar a partir do conceito de interseccionalidade, ou seja, considerar o atravessamento de questões étnicas, raciais, culturais, de gênero, sexuais, de classe social e território na sua atuação com pessoas ou comunidades. Interseccionalidade entendida não como um recorte, mas como uma forma de compreensão da integralidade do ser, sendo impossível descartá-las. Portanto, uma Psicologia que não universalize as subjetividades humanas, mais, que dialogue com estudos históricos, geográficos, antropológicos, filosóficos, sociológicos, e, obviamente, com o saber popular (LIMA; MALCHER, 2019).

A função de qualquer cientista social deve estar muito mais voltada para transformar o mundo do que para apenas explicá-lo. Conseqüentemente, é preciso buscar a dimensão da consciência na relação dialética e histórica entre conhecimento e ação. A psicologia de ideais libertários, de acordo Martín-Baró, é atravessada pela pergunta histórica que fazia de: “será que a psicologia atual pode “fazer algo que contribua significativamente para dar resposta aos problemas cruciais de nossos povos”? (MARTIN-BARÓ, 2011).

Segundo Dias (2020), as ideias de Martín-Baró a respeito do fazer do profissional da psicologia, apontam para atitudes cada vez mais participativas diante as políticas públicas de assistência social e de assistência à saúde; contribuindo com as categorias da consciência, da formação de identidade, para o empoderamento e fortalecimento dos subjugados e marginalizados. Respondendo as questões das ações ideológicas do sofrimento constante do povo, a psicologia pode e deve desempenhar um papel na formação de um novo modelo de convivência humana, que não se forja entre a relação de dominação e exclusão social.

A perspectiva da psicologia social de visão decolonial, que olha para o sujeito e a subjetividade em sua própria realidade, aponta para a relação entre produção de conhecimento e prática social, capaz de usar a ciência e compreender as várias formas de vida e suas conexões. Seus temas são extremamente atuais para entender os efeitos do capital, a segregação dos povos

e a forma como as estruturas de poder são perpetuadas. Uma psicologia social que não deve produzir seres submissos e conformado com um destino de classe, mas uma psicologia social que afete os povos colonizados de diversas formas, até o despertar de uma consciência crítica da realidade (DIAS, 2020).

O ambiente educacional sofre de inúmeras influências coloniais que precisam ser combatidas por todos os atores que promovem uma formação humana integral realmente libertadora, e que alimenta as desigualdades. Por exemplo, a máxima de que um aluno bem-sucedido depende apenas de seus méritos, como talento, esforço, habilidade ou competência. Tais ideias perpetuam privilégios da classe dominante. No caso do Brasil a grande desvantagem das classes oprimidas se reflete em qualquer indicador social. A desigualdade social está profundamente enraizada na educação, para tanto faz-se necessário usar no presente princípios da ação afirmativa e da inclusão social de setores historicamente excluídos. É um pleno reconhecimento de que o princípio meritocrático, no campo pedagógico, precisa ser repensado, contextualizado e criticado. Pois, vivemos uma expansão social do conservadorismo que traz consigo a negação de ações positivas e uma valorização fantasiosa da meritocracia, que ocupa ainda nos dias atuais, um lugar importante neste projeto educacional. Pois, abarca a história de dominação e subordinação sentenciada pela educação colonial, justificando os fracassos escolares de alguns sujeitos ou coletivos não merecedores de lugares de valorização (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019).

Tal perspectiva, conversa diretamente com o pensar e ação na educação profissional, e sua complexidade devem ser direcionados aos indivíduos e grupos sociais de forma democrática e libertária, combatendo a dominação e a subjugação social impostas pelo colonialismo histórico dos processos sociais, dentre eles o educacional. Com diálogos que devem atravessar todas as possibilidades na promoção de sujeitos e identidades sociais capazes de ressignificações, impulsionando assim, o protagonismo no ensino profissional.

O termo protagonismo vem do grego *Proto*, que quer dizer o primeiro, o principal, e *Agon* significa luta. Num sentido real, Agonista, lutador. Portanto, protagonista, literalmente, quer dizer o lutador principal. As discussões sobre o protagonismo surgiram entre as décadas de 1970 e 1980, marcadas por vários aspectos sociopolíticos no mundo. No Brasil, a partir da década de 90, estas discussões se consolidaram por meio de ações políticas e sociais no âmbito educacional, envolvendo estudantes e educadores. Na Educação, o protagonismo se apresenta como ações de participação ativa do educando no espaço escolar ou na sociedade de maneira geral (COSTA, 2020). Nesse sentido, parafraseamos que o protagonismo no ensino

profissional, pode ser compreendida na ação participativa de todos protagonistas que promovem o ensino dos indivíduos e das coletividades.

De acordo Costa (2020), protagonismo é ação, transformação, participação ativa, comprometida socialmente. O protagonismo educacional, permite que os indivíduos participem de situações da vida real e, atuem como parte da solução e não apenas como parte do problema. Procurarmos entender que os espaços sociais, as coletividades, requerem uma visão diferenciada e reflexiva sobre a contínua transformação dentro de um mundo ambivalente e contraditório. Compreendendo o desenvolvimento humano, a partir de processos de ensino que provoquem os questionamentos, favorecendo o pensamento crítico para além do simples ativismo de formação profissional e sim uma educação libertadora e transformadora.

A psicologia social surge como mais um instrumento contributivo na formação humana integral para a promoção do protagonismo no ensino profissional. Atuando com ações interprofissional na modificação das desigualdades existentes no âmbito coletivo rumo a emancipação dos indivíduos. Reafirma o compromisso dos profissionais de psicologia expresso no preâmbulo da norma de ética contida no Conselho Federal de Psicologia, que reafirma o respeito à promoção da liberdade, igualdade e integridade do ser humano, com base nos valores que respeitem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como, a promoção da saúde e qualidade de vida dos indivíduos e comunidades, para a contribuição na eliminação de todas as formas de abandono, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

No Estatuto da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), encontramos as principais diretrizes da atuação da psicologia social, e que podem ser desenvolvidas junto ao processo de educação profissional na formação humana integral, no seu Art. 3º e Art. 4º, possui as seguintes finalidades e diretrizes de atuação:

- a) Congregar pessoas que se interessam pelo desenvolvimento da psicologia social no Brasil;
- b) Garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da psicologia em uma perspectiva social no Brasil;
- c) Propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da psicologia social;
- d) Promover a integração da Psicologia com outras áreas do conhecimento que atuem em uma perspectiva social crítica;
- e) Incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social e comunitário;
- f) Promover, ministrar, realizar, organizar, assistir, incentivar e participar de atividades técnico-científicas, inclusive congressos, cursos, palestras, seminários, debates, conferências e reuniões;

- g) Manter relações institucionais de âmbito nacional e internacional visando o desenvolvimento da cooperação científica com entidades afins;
- h) Promover a edição e publicação de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da Psicologia Social, por meio de livros, revistas, jornais, boletins, anais e outros instrumentos de comunicação que entender necessários. (ABRAPSO, 2005, p. 1).

As contribuições da interface educação profissional e psicologia social na formação humana integral são diversas, e se tornam ainda mais complexas sobre cada olhar epistêmico e metodológico. No entanto, evidenciamos neste estudo as contribuições teóricas de uma psicologia social de olhar decolonial. Corroborando com as considerações de Boechat (2022), ao reafirmar que as contribuições da psicologia devem estar comprometidas com a transformação social articulada na atuação profissional crítica, cuja dimensão política promova a desnaturalização das relações sociais de opressão, dominação, violência e exploração, e uma atuação política junto a grupos comunitários, movimentos sociais, organizações sindicais na direção da construção de um projeto societário emancipador; uma prática profissional que contribua para processos de conscientização; a partir de uma práxis política anticapitalista, pois os limites das políticas sociais são aqueles da sociedade historicamente constituída, de ideias burgueses.

Para o Boechat (2022), Martín-Baró foi um psicólogo que se dedicou à construção do poder popular, com a aproximação da psicologia à realidade, às demandas e aos interesses das amplas maiorias populares que constituem a parcela oprimida e explorada de nossas sociedades capitalistas periféricas e dependentes. Sua Psicologia da Libertação, que contempla dentro outras, a teologia da libertação o exemplo dos postulados de Paulo Freire, dentro dos limites que lhe cabem à emancipação e autonomia dos povos oprimidos e subjugados latino-americanos. Entre essas tarefas, Martín-Baró destacou a recuperação da memória histórica das lutas sociais, o estudo sistemático das formas de consciência, e a análise das organizações como instrumento de libertação. A potencialização das virtudes populares, a conscientização, a desideologização da experiência cotidiana e o fortalecimento das instâncias organizativas populares.

De acordo Boechat (2022), as organizações sociais são locais privilegiados para um trabalho de desideologização da experiência cotidiana, da valorização das virtudes populares e o resgate da memória das lutas da classe trabalhadora, devem contribuir para o fortalecimento de dos grupos, comunidades, cooperativas, sindicatos e todas organizações populares que buscam representar e promover as necessidades das classes. O horizonte ético-político da psicologia social é o horizonte da libertação social, da superação das relações sociais que

implicam a alienação pessoal e social dos grupos subalternizados. A contribuição mais significativa da psicologia na formação humana integral na educação profissional num contexto de vulnerabilidades implica numa atuação ético-política, como parte de um amplo movimento pela emancipação humana. Assim, a interface entre educação profissional e psicologia social, busca em essência e ações o fortalecimento das instâncias organizativas populares, que devem priorizar temas civilizatórios, principalmente, do combate as diversas formas de violências sociais, com ênfase nas questões de gênero, identidade sexual, diversidade étnico dos povos indígenas, das pessoas negras, dos ciganos entre outros.

Reflexões de Martín-Baró (2011), apontam que é na luta social de libertação dos povos latino-americanos e na investigação e consciência das determinações históricas da opressão colonial e de classe. Nesse sentido, podemos destacar três preocupações fundamentais que caracterizam a sua contribuição na psicologia social. Em primeiro lugar estaria a recuperação da memória histórica, que deve servir como transporte para um processo de conscientização, servindo como instrumento de luta popular. Em segundo lugar, a psicologia deve contribuir com a desideologização da experiência cotidiana, resgatando a experiência original dos grupos e das pessoas e rompendo com um senso comum fictício e alienador, que serve de sustentáculo à manutenção das estruturas sociais de exploração. E por último, a terceira tarefa considerada crucial a realidade latino-americana, é o resgate das virtudes populares, ou seja, da capacidade de entrega e de solidariedade dos povos originários, e sua potencialização através do fazer educativo em seu sentido mais amplo (MARTÍN-BARÓ, 2011).

5 METODOLOGIA DE TRABALHO

Este estudo tem sua caracterização metodológica pautada numa abordagem qualitativa, um estudo de caso, de investigação exploratória, e também, apresenta junto ao IFAP-Campus Laranjal do Jari proposição de um produto final a ser utilizado pela Instituição, com vistas aos direcionamentos do mestrado profissional promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônico (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), com base no objeto de pesquisa explorado neste.

Segundo Yin (2016), o objetivo da pesquisa qualitativa é estudar o significado da vida das pessoas em condições reais, representa opiniões e pontos de vista, cobrir as condições contextuais em que vivem, contribuem para a compreensão de conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano. Para tanto, utilizaremos a investigação exploratória, pois temos a finalidade reconhecer junto aos gestores, técnico-pedagógicos, docentes como esses atores educacionais compreendem o conceito de formação humana integral contida na formação educacional profissional no IFAP.

Marconni e Lakatos (2017), reportam que os estudos exploratórios são muito usados para investigar objetivos que consiste em aumentar a familiaridade do pesquisador com um facto ou fenômeno para encontrar respostas mais precisa, procurando clarificar conceitos.

Este estudo de caso envolve um campo de pesquisa que busca compreender as experiências e ações desenvolvidas acerca da formação humana integral realizada na educação profissional num contexto de vulnerabilidade social, tendo como lócus de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Laranjal do Jari. A partir de fundamentos que compreendem teóricos da educação e da psicologia social.

Inicialmente a pesquisa buscou o aprofundamento teórico e adaptação dos recursos científicos. Antes de iniciar a pesquisa de campo, realizamos um pré-teste do questionário. Pois, segundo Manzat e Santos (2012) há a necessidade de verificar se os quesitos que são levantados num questionário, estão de acordo para o entendimento das questões levantadas na pesquisa e, se os objetivos da pesquisa estão aparentes, em termos de pergunta e resposta. Se o participante da pesquisa não entender a pergunta pode ser devido a erros de ortografia ou inconsistências na pergunta, por isso, um pré-teste é importante para correções antecipadas e melhorar assim a comunicação pretendida, também pode indicar a inclusão de novas perguntas que devem ser incluídas. Isso pode emergir de questões que não podem ser esclarecidas pelas respostas encontradas.

Faz-se necessário demarcar o posicionamento ético, no qual envolveu um processo contínuo de investigação e análises de adequação do projeto de pesquisa e da pesquisa de campo, de acordo as condições regimentais e de responsabilidades. Tendo em vista, o que preconiza o sistema CEP/CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). No qual envolveu o conhecimento e compreensão das condições de existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos em suas relações sociais, seus valores culturais, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolva intervenção. E também, respeitando o que trará o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Desde a construção do projeto de pesquisa até a realização da pesquisa de campo, este estudo considerou todos os princípios éticos que envolvem uma pesquisa acadêmica, principalmente os relacionados aos participantes da pesquisa, cuja sua identificação ocorre com total sigiloso, uma vez que, não houve qualquer registro de sua identidade pessoal. Enfatiza-se, ainda, o respeito aos participantes, à autonomia da vontade, ao consentimento e à livre escolha para permanecer ou desistir como participante da pesquisa, a qualquer tempo. Portanto, reitera-se o compromisso ético deste estudo sobretudo para com seus participantes e para com a comunidade acadêmica. Tendo em vista, os princípios e padrões éticos para as pesquisas em educação.

Os participantes da pesquisa assinarão junto ao questionário de entrevista, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Onde será exposto todos os procedimentos que envolvem a investigação inicial e o processo de orientação profissional. No entanto, caso venha acontecer possíveis danos materiais e imateriais aos participantes, tais como: integridade física e mental, saúde, honra, imagem e privacidade, produzidos ilegalmente para o participante, este se beneficiará da assistência colaborativa para reparar os danos resultantes.

O instrumento de pesquisa elaborado, compreendeu um questionário do tipo Likert, com questões fechadas que atendem ao perfil geral dos participantes, resguardando seu nome e privacidade, em escala do tipo Likert, que são dispostas em uma tabela de classificação juntamente com as afirmações. Contém afirmações compatíveis com o objetivo da pesquisa em questão, na qual é solicitado ao respondente que indique sua concordância com esta afirmação. Tudo o que o participante precisa fazer é marcar a resposta na escala que melhor reflete sua opinião. O acesso ao questionário somente ocorrerá após assinatura do Termo de Livre e Esclarecido. Os dados levantados serão arquivados por um período de 5 anos em dispositivo de armazenamento pessoal da pesquisadora responsável. O perfil dos participantes, compreende servidor (a) empregado (a) público federal do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Amapá-IFAP, em pleno exercício de suas atividades laborais exclusivamente no Campus Laranjal do Jari. Ao aceitar participar da pesquisa, após ter assinado o Termo de Livre e Esclarecido, responderá o questionário e permitirá que os dados sejam divulgados para fins científicos ou acadêmicos, sendo mantida em sigilo a sua identidade. Segundo dados levantados junto ao site oficial do IFAP, atualmente, o Campus de Laranjal do Jari possui 40 técnicos administrativos e 54 professores, para tanto, a amostra da pesquisa contou com um universo de 24 técnicos administrativos e 29 professores, que atuam em diversas funções e áreas de atuação, ou seja, setor pedagógico, assistência social, assistência à saúde e demais áreas administrativas, tendo em vista, que uma educação de qualidade se faz com todos os setores a servidores, sejam elas áreas afim ou meio.

A coleta de dados, utilizou-se do questionário de pesquisa tipo escala likert, realizada nos dias 2, 3 e 4 de fevereiro de 2023, obteve uma amostra de 53 participantes, 24 técnicos administrativo e 29 docentes. Com a finalidade de verificar as perguntas em forma de afirmativas, de acordo com o objeto pesquisa deste estudo, que tem o objetivo geral: demonstrar a percepção acerca da formação humana integral na educação profissional a partir da interface da psicologia social para promoção do protagonismo de estudantes do IFAP no contexto de vulnerabilidade social do Vale do Jari.

Por fim, apresentar proposição junto ao IFAP - Campus Laranjal do Jari, a criação de um Blog a ser inserido no site oficial, denominado **“CampusJari@InterfacesAmazônica#Consciência&Empoderamento”**. O Blog servirá como espaço de informação e de discussões com variados assuntos que envolva a educação profissional e a formação humana integral, proporcionando aos jovens da região do Vale do Jari, desenvolverem atitudes ainda mais protagonistas frente às vulnerabilidades individuais e coletivas no contexto da amazônica brasileira. Tal proposta tem o desafio de pensar a inclusão de temas e discussões atuais de problemáticas que cercam a vida humana diante contextos que respeitem a população local, descrito no item 5 dessa dissertação.

6 A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES ACERCA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E A INTERFACE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL NO IFAP-CAMPUS LARANJAL DO JARI

Na primeira parte do questionário de pesquisa, demonstramos o perfil geral dos participantes, resguardando a identificação nominal dos mesmos. Podendo ser visualizados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Perfil dos participantes respondentes do questionário tipo Escala Likert

Gênero	Nº	Idade	Nº	Estado civil	Nº	Escolaridade	Nº
Masculino	32	Até 18 anos		Solteiro (a)	6	Nível médio completo	1
Feminino	21	18 à 39 anos	19	Casado (a)/união estável	7	Graduação	14
Outro, qual?		40 a 49 anos	28	Viúvo (a)		Especialização	25
Não deseja informar		50 a 60 anos	5	Divorciado (a)	2	Mestrado	9
		Acima de 60 anos		Outro, qual?		Doutorado	4
				Não deseja informar		Outro, qual?	

Tempo de serviço público no cargo/função no IFAP	Nº	Área onde trabalha	Nº
Até 1 ano	1	Técnico Administrativo área pedagógica	8
2 a 6 anos	45	Técnico Administrativo área assistência estudantil	7
7 a 9 anos	4	Técnico Administrativo Laboratório, Biblioteca	5
10 a 11 anos	2	Técnico Administrativo outra área, qual?	4
Acima de 11 anos	1	Docente	29

Fonte: Da Autora.

Na pergunta número 1, identificamos o gênero dos participantes, observamos maior participação do gênero feminino com 32, e 21 masculinos. A amostra não contou com nenhum outro tipo de identificação. No que tange a características de faixa etária dos participantes, a maioria encontra-se entre 40 a 49 anos com 28 participantes, seguido depois dos 18 à 39 anos com 18 participantes e 5 na faixa de 50 a 60 anos. Com relação ao perfil de escolarização/formação dos participantes, observamos que uma maioria, 25 dos 53 participantes tem nível são especialistas (pós-graduação), 14 com formação em graduação, 9 com mestrado, e 4 com doutorado. No item tempo de serviço público no cargo/função no IFAP, grande maioria encontra-se entre 2 a 6 anos com 45 participantes, em seguinte 7 a 9 anos com 4, e apenas 1 participante com tempo acima de 11 anos no serviço no IFAP. Na área de atuação de apoio administrativo e pedagógico, tivemos 6 participantes, da área assistência estudantil, laboratório, biblioteca.

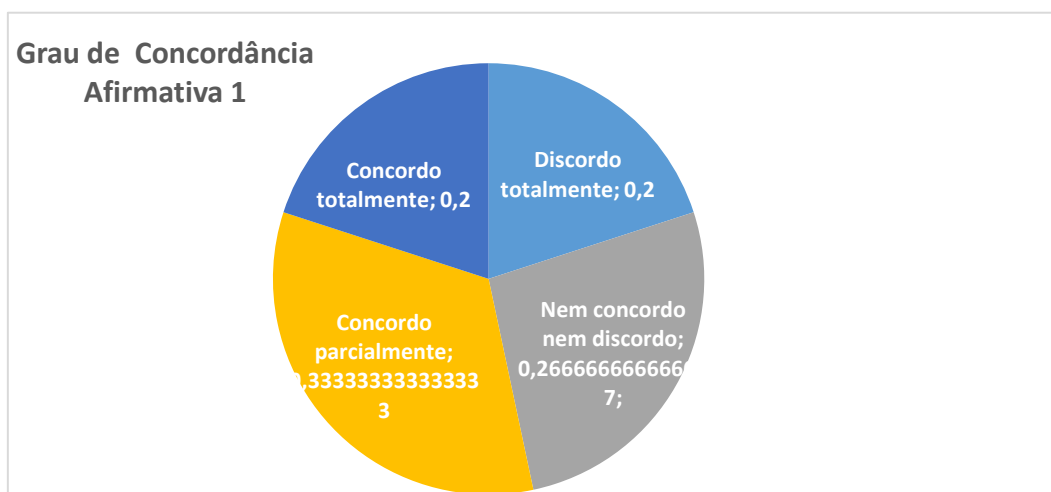
Na pergunta de número 2, objetivamos demonstrar alguns pensamentos acerca do princípio de formação humana integral contida na idealização e nas práticas da educação profissional desenvolvidas nos IFs, com base nos fundamentos legais e aportes teóricos que orientam o sistema educacional, na promoção do desenvolvimento humano e social.

Para tanto, os participantes da pesquisa, foram convidados a emitir o grau de concordância com as afirmativas, que foram elaboradas conforme entendimento pautado no referencial teórico, cada participante pode expressar sua opinião, marcando no questionário tipo escala Likert a resposta que mais traduzia sua concordância ou discordância, levando em consideração o cargo/função que exerci no IFAP - Campus Jari, sua experiência pessoal e conceitual, seus hábitos quanto à comunicação e/ou retenção de suas ideias e sugestões.

A seguir apresentamos as afirmativas agrupadas, de acordo com a similaridade conceitual existentes entre elas, que podem ser visualizadas nos gráficos identificados de acordo com cada questão levantada no questionário tipo escala Likert.

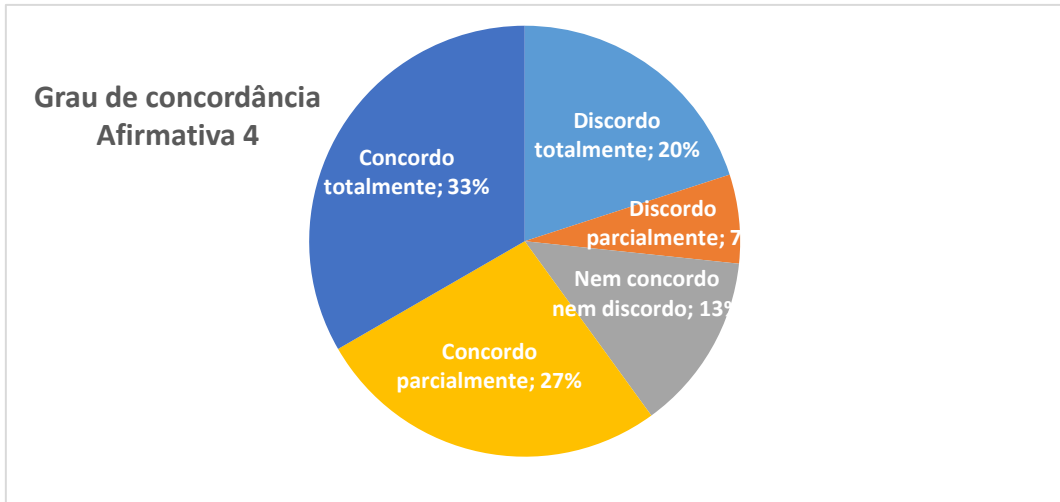
As afirmativas 1, 4, 13 e 14 representadas pelos gráficos 1, 2, 3 e 4 buscam evidenciar o entendimento acerca da exclusão social que perpassam os povos originais que vivem na região amazônica e que são historicamente, muitos desses, marginalizados e subjugados.

Gráfico 1 - Desenvolvimento de pensamento crítico sobre a inclusão educacional e social de povos que historicamente foram marginalizados (indígenas, negros, ribeirinhos, ciganos entre outros):



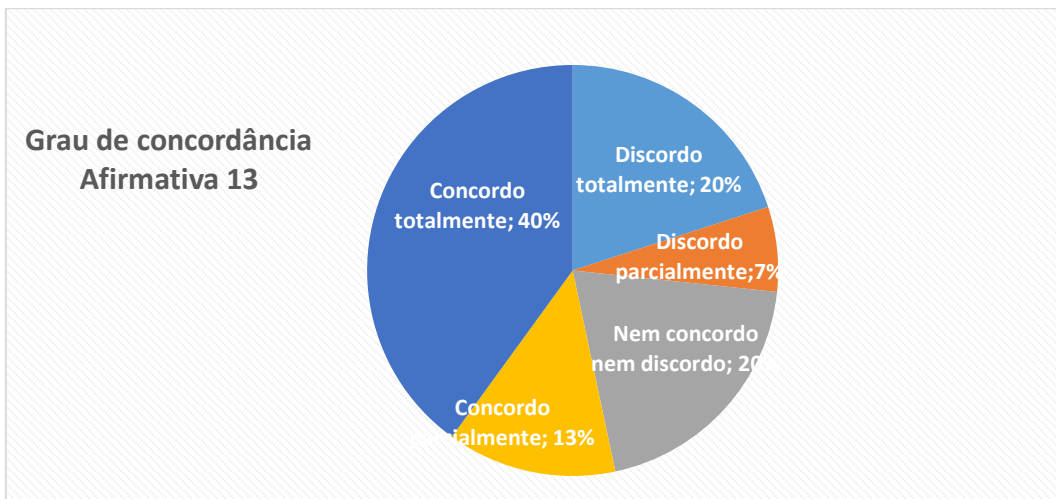
Fonte: Da Autora.

Gráfico 2 - Conscientização dos/das estudantes sob questões mantedores de atitudes racistas frente a discriminação e segregação das pessoas negras e afrodescentes reproduzida no ambiente familiar, educacional e social.



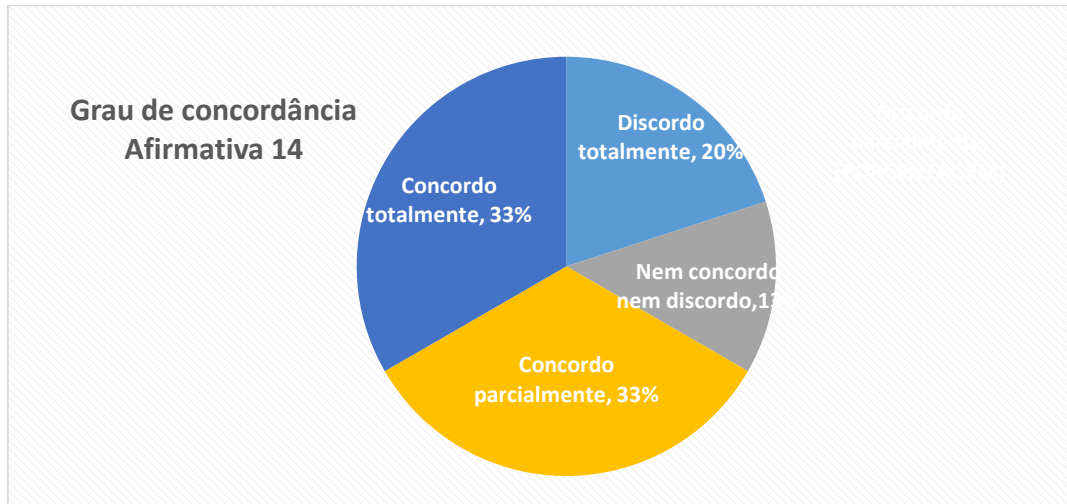
Fonte: Da Autora.

Gráfico 3 - Reconhecimento estudantes em situação de vulnerabilidades acerca das influências sócio histórica cultural deixada pelo processo de colonização e exploração na formação do espaço brasileiro



Fonte: Da Autora.

Gráfico 4 - Desenvolvimento de ações psicopedagógicas na formação profissionalizante com acesso, permanência e êxito de estudantes contidas (pessoas de baixa renda, negras e pessoas com deficiência)



Fonte: Da Autora.

O grau de concordância das afirmativas 1, 4, 13 e 14, apresentados nos gráficos 1, 2, 3 e 4 demonstra que grande maioria dos participantes da pesquisa, ou seja, 33% a 34% concordam totalmente e parcialmente com as afirmativas que tratam sob questões da diversidade étnica de povos historicamente marginalizados (indígenas, negros, ribeirinhos, ciganos, pessoas com deficiência) frente a discriminação e segregação social sofrida por esses povos. A maioria dos servidores do Campus Laranjal do Jari, ou seja 64%, percebem que temáticas com ações com essas temáticas fazem parte da formação humana integral na educação profissional. Já os que não concordam obteve um percentual de 20%, e entre os que nem concordam ou discordam foram de 13%.

As questões levantadas nas afirmativas corroboram com os princípios legais contidas nos Institutos Federais-IFs, uma vez que estas correspondem às finalidades contidas na política da educação profissional nacional, uma vez que os IFs tem o objetivo de promover intervenção na realidade na perspectiva de um país soberano e inclusivo, atuando como núcleo para radiação de ações rumo ao desenvolvimento local e regional de seus povos; garantindo assim, a perenidade de uma ação educativa que visem incorporar antes de tudo setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento nos espaços brasileiros (BRASIL, 2008).

No entanto, o grau de discordância dos não concordam, nem concordam e nem discordam revelam uma somatória de 33%. Tal percentual corrobora com estudos já realizados no âmbito das escolas brasileiras, no qual, aponta que fatos do preconceito e da violência

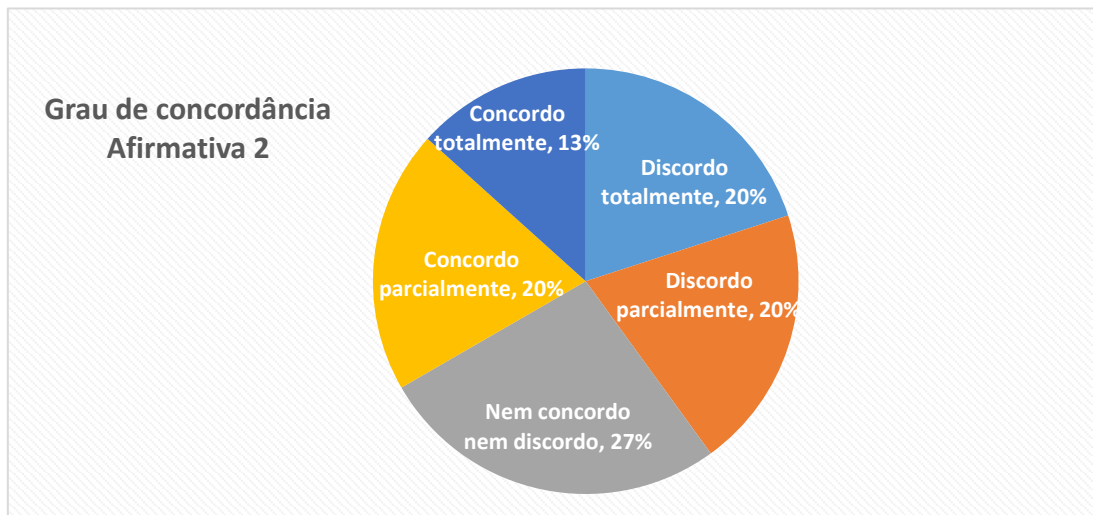
ligados à diversidade étnica, revelam que a escola aparece como reprodutora de relações preconceituosas, mesmo que por meio da violência simbólica, e se manifestam sob a forma de xingamentos, provocações, discriminação, conflitos linguísticos e identitários, bem como xenofóbicos. E que a prevalência dos modelos normativos recusa em reconhecer elementos de outras culturas. Exemplo, são as imposições de representações negativas relativas ao segmento negro vão marcar a violência simbólica que dá suporte à exclusão de parte deste segmento. Essa mesma invisibilidade caracteriza os estudos referentes às comunidades e etnias indígenas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

A não aceitação de temáticas que tratam sobre a diversidade étnica e que envolve atitudes de discriminação nos ambientes educacionais, podem ser melhor compreendidas a luz da visão decolonial, pois aponta para uma interpretação com base na inversão do olhar de descolonizar os imaginários, a partir das experiências vividas em diferentes espaços não hegemônicos, marcado pelo processo da colonização, da dominação da hierarquia de saberes que atravessam a vida cotidiana e o olhar científico. A visão decolonial, aponta que a ciência moderna continua a operar com distinções que separam e tornam invisíveis grupos, culturas, etnias, valores e *ethos*. Essas distinções atravessam a vida social, com marcadores de classe e condição, e podem ser vistos na discriminação de gênero, de cor, de origens e na produção de estigmas. Podendo ser encontrados na produção de zonas ditas perigosas, nos subúrbios das cidades, em regiões denominadas de periferias e não desenvolvida; lugares onde se encontram as camadas da sociedade historicamente segregadas, discriminadas, de desigualdade social, de renda, de trabalho e de acesso a bens e serviços (CASTRO, 2019).

Nesse sentido Quijano (2005), revela em seus postulados que a classificação racial da população em colonizadores brancos e colonizados índios, negros e mestiços, e mesmo a criação de novas identidades raciais ditas de menor valor como os amarelos e azeitonados ou oliváceos, foi a base de sustentação de uma organização social e econômica que determinou futuras e duradoras relações de trabalho no mundo e da vida social. Não é muito difícil encontrar ainda hoje essa mesma atitude entre as pessoas de qualquer lugar do mundo nos atuais centros capitalistas, exemplo, o menor salário é das raças ditas inferiores, fato este que não pode ser compreendido sem ser explicado primeiramente como aconteceu a classificação social das civilizações ditas não desenvolvidas, um modelo clássico do racismo imposto pelo mundo eurocêntrico e sua modernidade.

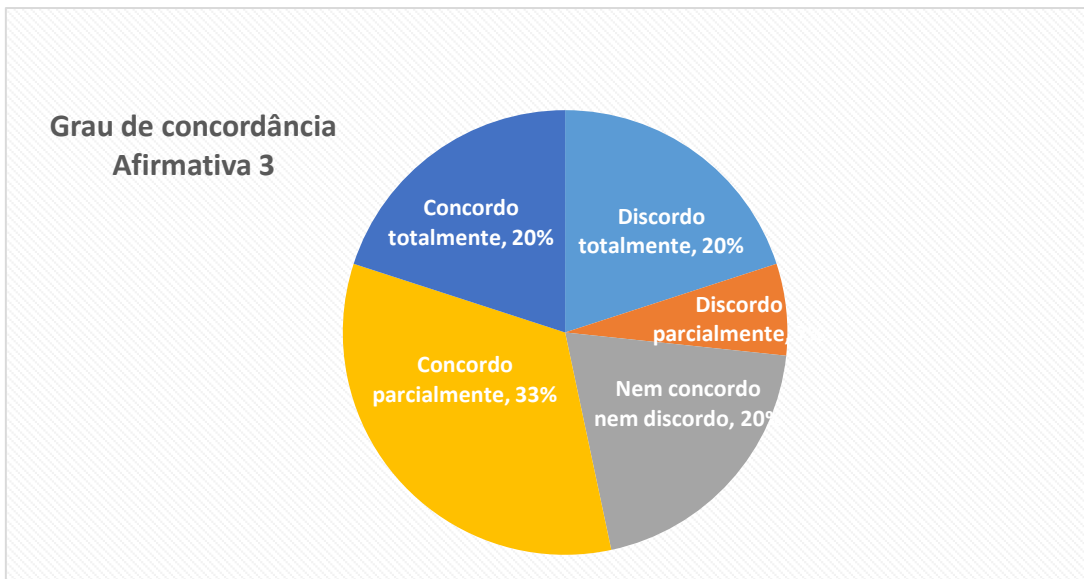
As afirmativas 2, 3, e 8, representadas pelos gráficos 5, 6 e 7, buscam evidenciar questões que envolve a exclusão social de indivíduos acerca de conceitos de heteronormatividade. As afirmativas apontam para questões que tratam sobre fatores da diversidade sexual, das pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e +); assim como questões de gênero e violência contra a mulher diante contextos de discriminação machistas, sexistas e miogênicos.

Gráfico 5 - Compreensão dos fatores de formação das identidades humanas, em especial de estudante LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e mais)



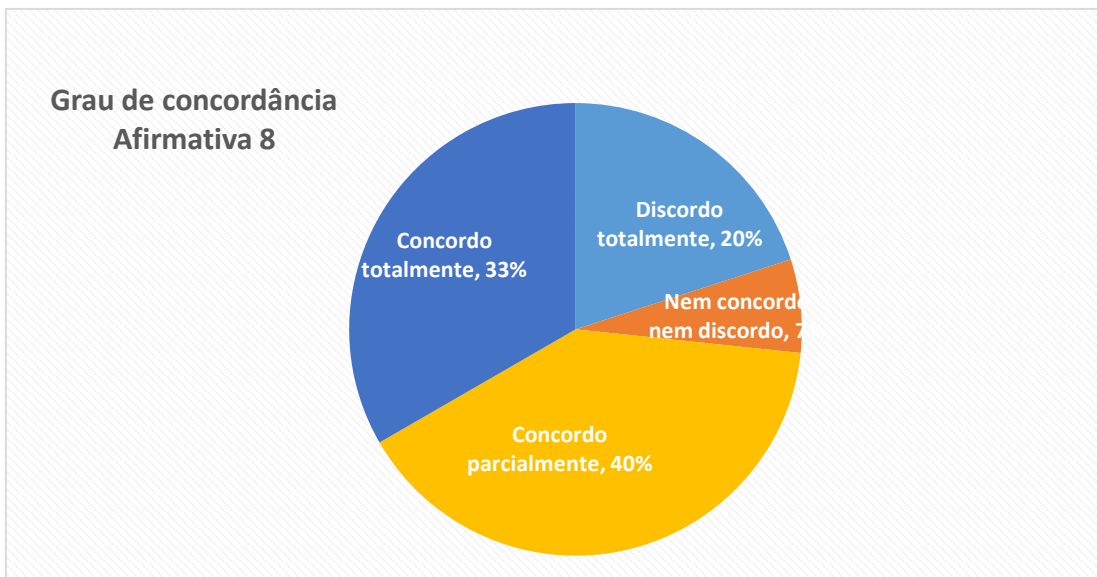
Fonte: Da Autora.

Gráfico 6 - Compreensão dos/das estudantes sob fatores sócio-históricos-culturais condicionantes de comportamentos machistas, sexistas e misógino.



Fonte: Da Autora.

Gráfico 7 - Fortalecimento da autoestima de estudantes femininas em situação de vulnerabilidades psicossociais frente as diversas formas de violência contra a mulher



Fonte: Da Autora.

Na afirmativa 2, demonstrado pelo gráfico 5, observamos que o grau de discordância obteve uma somatória de 40%, já os que nem concordam ou discordam concordam 27%, perfazendo um total de 67%. O grupo que concorda a somatória foi de 33%, uma minoria.

Por se tratar de um tema que atravessa questões da diversidade sexual humana e suas individualidades, obtivemos na afirmativa um alto índice dos que discordam e dos que optaram em não assumir uma posição, ou seja, 67%, dado este relevante que precisa ser melhor explorado na formação humana. A compreensão acerca da formação das identidades e da orientação sexual envolvem debates constantes e muitas vezes, sem a devida participação da comunidade acadêmica científica, e dos factos histórico-sociais, por isso, há tantas opiniões simplistas, carregadas na sua maioria por olhares preconceituosos. É um dado preocupante, pois, o processo de invisibilidade da população¹⁰ LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e mais), nos ambientes sociais ainda é uma realidade.

Porém, no gráfico 6 referente a afirmativa 3, que envolve também, questões sobre a identidade sexual, ratam sobre as diferenças de gênero, e sobre certos comportamentos dentre estes os machistas, sexistas e misógino. Observamos nessa afirmativa que 53% dos participantes concordam totalmente e parcialmente que a temática é algo importante na formação humana integral, já os que discordam obteve uma somatória de 27% e os que nem concordam e nem discordam 20%. Na afirmativa 8, que trata sobre a questão da violência contra a mulher, observamos no gráfico 8 que grande maioria 73% concordarem totalmente e parcialmente que a afirmativa, já os que nem concordo e nem discordo e discordam totalmente somam apenas 27%. Revela um dado percentual positivo, facto que pode ser reflexo, das ações mais efetivas acerca da questão de igualdade de gênero dentro de um ambiente educacional, e também fora dele, exemplo campanhas nas redes de comunicações de grande alcance e ações locais que acontecem no outubro rosa nos estados e municípios todo ano por exemplo, que visam o combate a violências doméstica e contra as mulheres. Fato com que a afirmativa sofresse menos rejeição ou desconhecimento sobre.

Tais afirmativas condizem com o princípio do IFAP, uma vez que, pois, visa a oferta de uma educação capaz de acompanhar as mudanças sociais e do conhecimento científico, com base no processo educativo pautado na formação de sujeitos emancipados, conscientes e

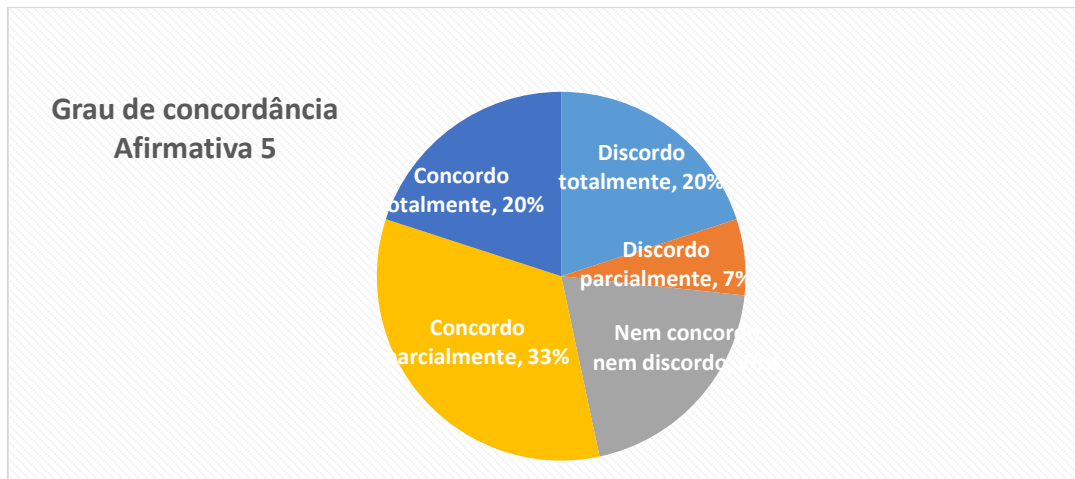
¹⁰ Em 2019, Cerca de 2,9 milhões de pessoas se declararam homossexuais ou bissexuais no país, o que correspondia a 1,8% da população adulta, maior de 18 anos. Já 1,7 milhão não sabia sua orientação sexual e 3,6 milhões não quiseram responder. Os dados divulgados pelo IBGE, são da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) - Quesito Orientação Sexual, que investigou, pela primeira vez, e em caráter experimental, essa característica da população brasileira. (Pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declaram homossexuais e bissexuais em 2019.

dotados de capacidade crítica para tomada de decisão e resolução de problemas na vida social. Os objetivos de promover uma formação humana que ultrapassa os limites do simples fazer profissional, preocupando-se com a formação integral dos indivíduos, tendo em vista as novas demandas sociais de inclusão e justiça social, com equidade, cidadania, sustentabilidade, ética e respeito à diversidade (IFAP, 2022a).

A afirmativa que trata da questão de gênero, podem ser compreendidas a luz do postulado Mignolo (2011), para o autor alguns pensamentos que foram construídos ao longo dos tempos da exploração colonial, criaram e/ou cristalizaram uma hierarquia de gênero/sexo global que privilegiava homens em detrimento de mulheres. Marcado pelo ideário patriarcal europeu em detrimento de outras formas de configuração de gênero e de relações sexuais. Criou um sistema que impôs o conceito de “mulher” para reorganizar as relações de gênero/sexo nas colônias europeias, efetivamente introduzindo regulamentos para relações “normais” entre os sexos, e as distinções hierárquicas entre o “homem” e a “mulher”; sendo necessário reconhecer qual a fronteira de poder relacional divide e une os factos produzidos nas ideias de modernidade/colonialidade, a quem serve essas leis/regras que normatizam as estruturas de dominação e superioridade.

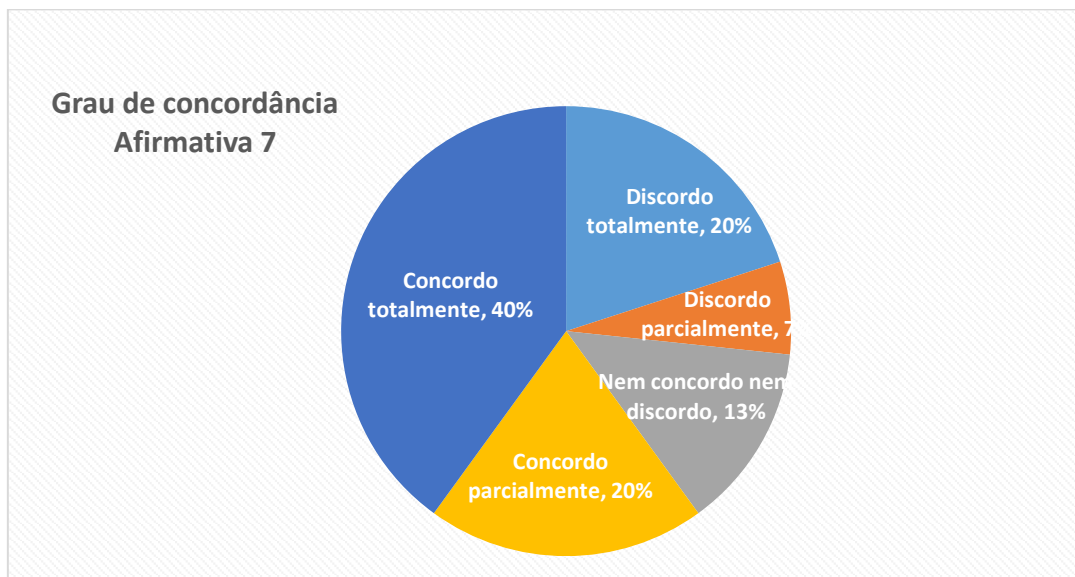
Nas afirmativas 5, 7, 9 e 12, representadas respectivamente nos gráficos 8, 9, 10 e 11, são tratadas questões que dizem respeito ao desenvolvimento de pensamento crítico dos/das estudantes que residem em áreas rurais frente aos processos políticos sociais destinados às populações extrativistas na região amazônica. Contempla também, questões sociais das desigualdades, de espaços regionais constituídos, a partir do olhar da formação histórica; bem como, do reconhecimento de uma educação profissional e tecnológica é fundamental na construção de uma cidadania justa capaz de transformar as desigualdades sociais; a conscientização sobre as relações de consumo e bem-estar social e as configurações familiares frente disparidades entre ricos e pobres.

Gráfico 8 - Desenvolvimento de pensamento crítico dos/das estudantes que residem em áreas rurais frente aos processos políticos sociais destinados às populações extrativistas na região amazônica.



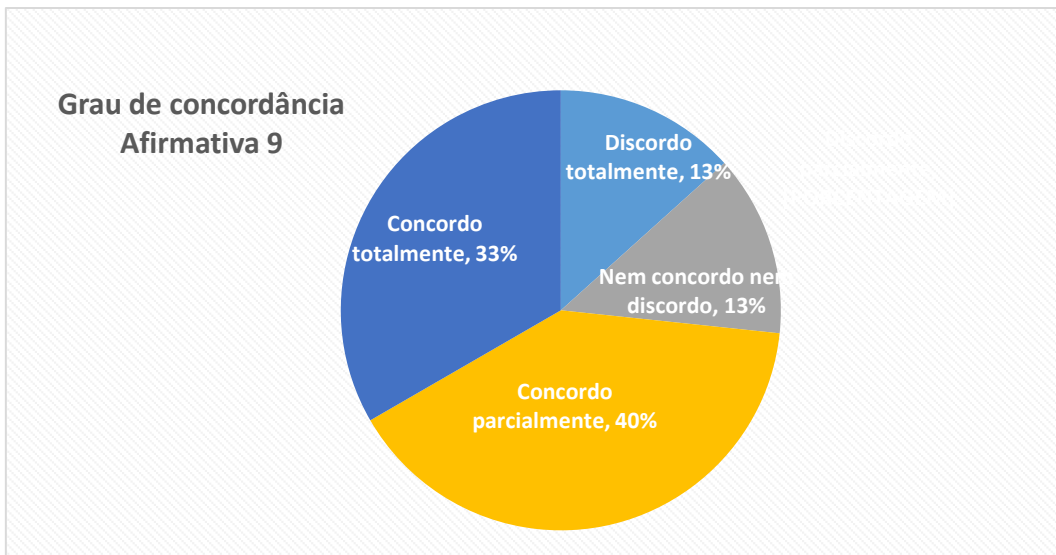
Fonte: Da autora.

Gráfico 9 - Reconhecimento dos/das estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das atuais estruturas capitalistas e as múltiplas expressões das questões sociais e das desigualdades



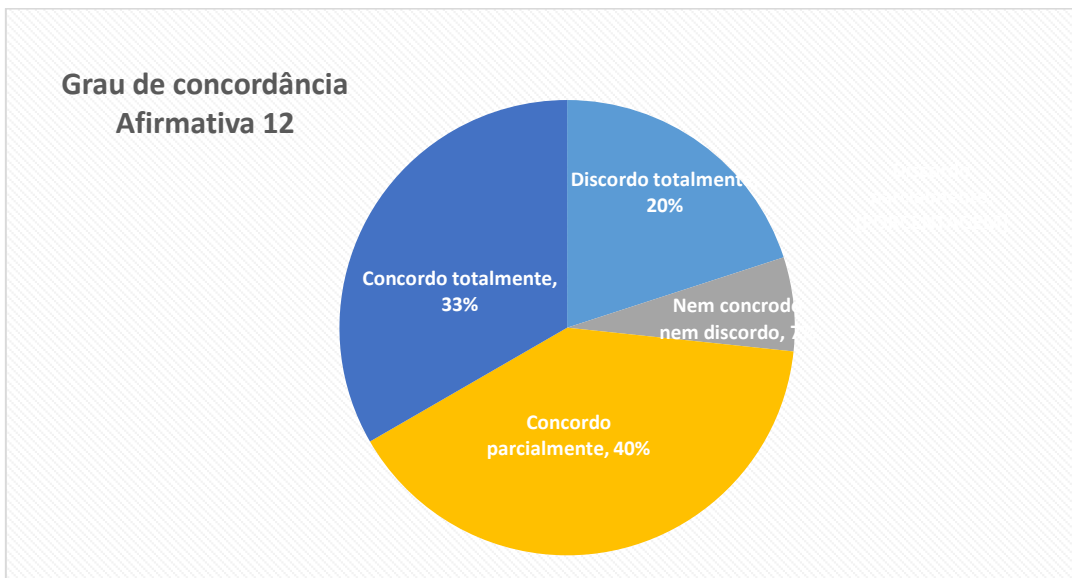
Fonte: Da Autora.

Gráfico 10 - Reconhecimento por parte dos/ das estudantes que a educação profissional e tecnológica é fundamental na construção de uma cidadania justa capaz de transformar as desigualdades sociais



Fonte: Da Autora.

Gráfico 11 - Reflexão dos/das estudantes sobre as relações de consumo e bem-estar social e as configurações familiares frente disparidades entre ricos e pobres



Fonte: Da Autora.

Nas afirmativas 5, 7 9 e 11, representadas nos gráficos 8, 9, 10 e 11, demonstra que grande maioria dos participantes, 53% a 70%, concordam com as afirmativas 5, 7, 9 e 12 que tratam sobre uma educação capaz de ampliar uma consciência crítica dos/das estudantes a respeito dos factos que cercam a vulnerabilidade social sofrida.

O alto percentual de concordância por parte dos participantes nas afirmativas 5, 7, 9 e 12, a respeito de uma formação humana integral que possam modificar contextos de vulnerabilidades e maior conscientização cidadão, confirmar na prática que os IFs, são mais um instrumento de inclusão social de educação, uma vez que, tem como princípios direcionadores a promoção de formação profissional, que permita o acesso, a permanência e o êxito no ambiente educacional a todo e qualquer cidadão brasileiro. Contribuindo assim, com a elevação dos níveis educacionais nacionais, e impulsionando o desenvolvimento de regiões que se encontram em situações de pobreza e exclusão econômica. O IFAP- Campus Laranjal do Jari está inserido num contexto vulnerabilidade social, que é histórica, em que o êxito de uma educação significativa, diante um sistema capitalismo selvagem, de dominação e exploração muitas das vezes disfarçadas e mascaradas, torna ainda mais relevância o princípio educacional de promover uma formação humana integral capaz de desenvolver o protagonismo dos estudantes diante a tantas situações aversivas perpetuadas ao logo dos tempos.

A vulnerabilidade social que expormos nas afirmativas perpassam, de acordo com Nascimento e Melazzo (2013), pela compreensão dos processos que envolvem os factos locais, sendo necessário examinar as estratégias que as famílias dispõem para lidar com os riscos e a falta de bem-estar. A vulnerabilidade relaciona-se, por um lado, com a exposição ao risco, e por outro, com a capacidade de resposta, material e/ou simbólica, que indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco. Para tanto, conhecer as relações que o território se estrutura é preciso, pois as interações sociais, afetivas, de solidariedade, de amizade, de poder, de conflitos, trazem um significado vivo para o território, explicitando a vivência e a experiência cotidiana das pessoas que nele vivem. Assim, é possível compreender que a plena realização dos seres humanos, material e imaterial.

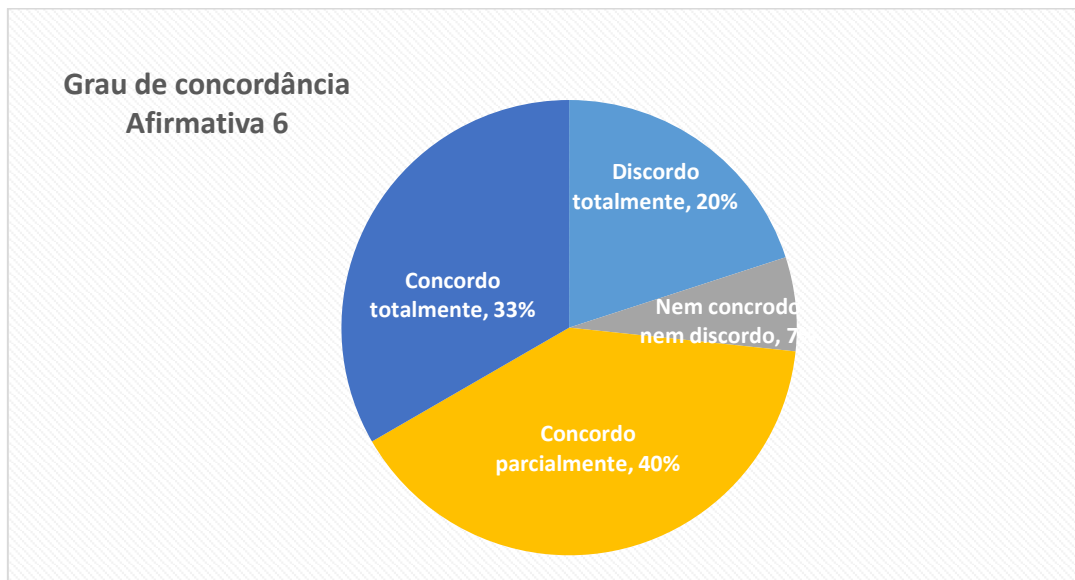
A história social das comunidades remotas da região Amazônica, aquelas situadas fora dos centros urbanos, neste caso específico, o Vale do Jari, revelam uma acumulação desigual marcada pela destruição de sua biodiversidade e pela devastação de suas riquezas naturais, que foram implementadas ao longo do tempo, e cujo reflexo está na contemporaneidade da precária presença do Estado e da pouca efetivação de políticas públicas (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Por isso, a necessidade de promover uma educação que liberte os pensamentos da opressão social que é histórica. Para tanto, a formação humana, os processos educacionais, na perspectiva Freire (2001), têm o dever de criar condições para que os seres humanos, seres sociais, possam desenvolver a sua vocação ontológica de ser mais, tornando-se um sujeito humanizado. Ser um sujeito humanizado implica em passar pelo processo de conscientização,

e para desenvolver tal conscientização requer que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

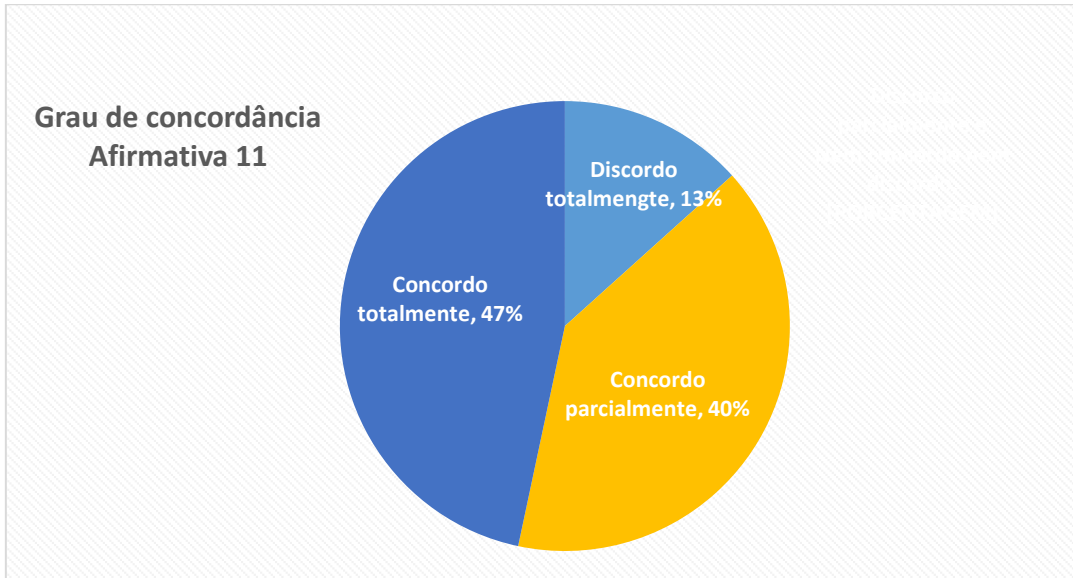
Nas afirmativas 6, 10, 11, e 15, representadas nos gráficos 12, 13, 14 e 15 se ocupam da reflexão sobre uma educação que possa contribuir para a vocação ontológica do ser humano que busca a significação e transformação de sua existência e realidade. Desenvolvimento de pensamentos crítico dos/das estudantes frente às relações no mundo do trabalho e projeto de vida no contexto da Amazônia brasileira. Na valorização acerca das expressões culturais e artísticas locais, e das capacidades sócio afetivas na motivação do protagonismo juvenil na modificação das desigualdades socioeconômicas.

Gráfico 12 - Reflexão dos/das estudantes acerca da vocação ontológica do ser humano que busca a significação e transformação de sua existência e realidade.



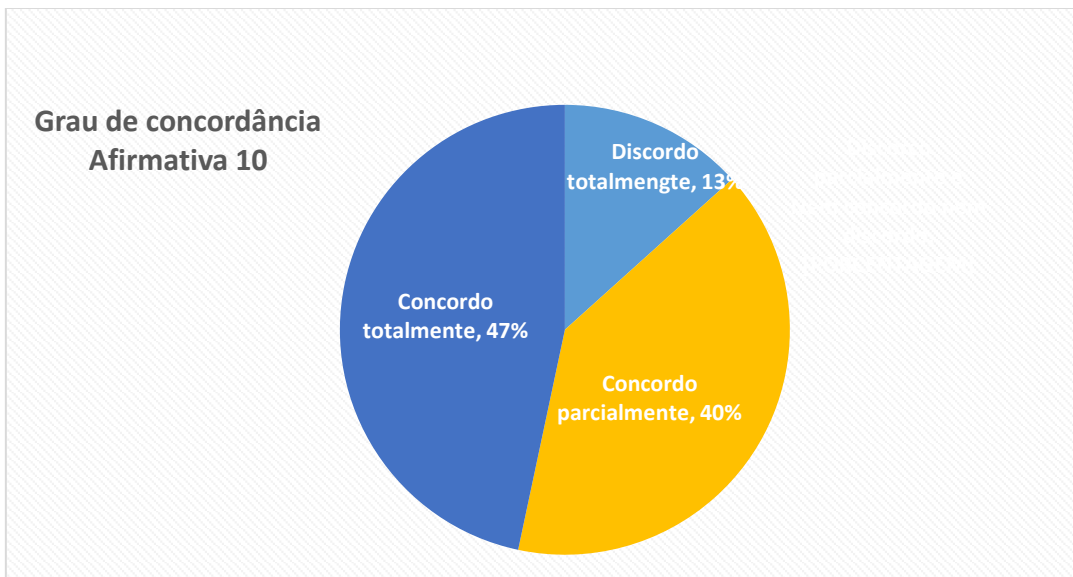
Fonte: Da Autora.

Gráfico 13 - Desenvolvimento de pensamentos crítico dos/das estudantes frente às relações no mundo do trabalho e projeto de vida no contexto da Amazônia brasileira.



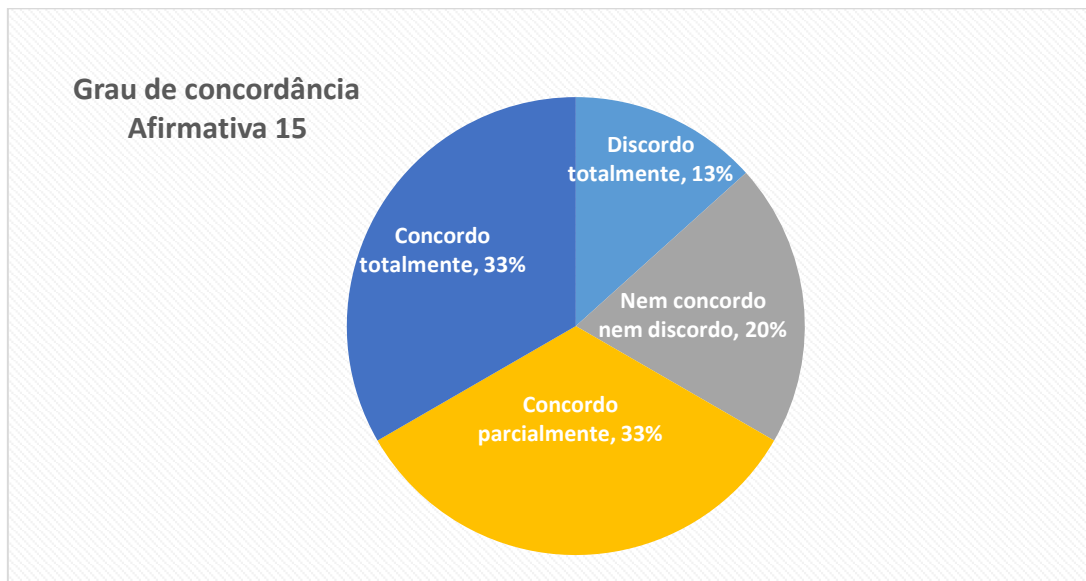
Fonte: Da Autora.

Gráfico 14 - Estimulação das capacidades sócio afetivas na motivação do protagonismo juvenil na modificação das desigualdades socioeconômicas



Fonte: Da Autora.

Gráfico 15 - Desenvolvimento e valorização do protagonismo estudantil acerca das expressões culturais e artísticas locais.



Fonte: Da Autora.

O grau de concordância das afirmativas 6, 10, 11, e 15, representadas nos gráficos 12, 13, 14 e 15, demonstram que a grande maioria dos participantes, os seja, de 73%, 87% a 67% concordam com as afirmativas, já os que não concordam obtiveram uma constância de 20%, e entre os que nem concordam ou discordam encontra-se numa média de 10%. Os dados positivos com relação as afirmativas apontam que, a expansão e interiorização dos IF's em todos os Estados no Brasil, impulsionaram uma educação profissional com foco cada vez mais nos aspectos socioculturais de transformações das potencialidades humana. Tendo como um de seus objetivos promoverem uma educação como direito social, pautada na formação humana integral, com foco na produção e socialização do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo (BRASIL, 2008).

A proposta educacional contida nos objetivos dos IF's busca construir um caminho que leva à garantia do direito de todos a uma formação igualitária, de maneira que a classe trabalhadora precisa ser formada a fim de assumir a direção o protagonismo social de modificações das desigualdades. Para tanto, é preciso ir além do fornecimento de conhecimentos científicos e tecnológicos, é preciso promover o pensamento crítico-reflexivo sobre os códigos de cultura manifestados pelos grupos sociais ao longo da história, como forma de compreender as concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade e, a partir daí,

contribuir para a construção de novos padrões de produção de conhecimento de ciência e de tecnologia, voltados para os interesses sociais e coletivos (MOURA; AZEVEDO, 2014).

Os dados revelados nos gráficos 12, 12, 14 e 15, demonstram que os processos educacionais precisam ser cada vez mais significativos, ultrapassando práticas acumulativas de fatos e conteúdo, uma educação rumo a modificação e transformação de pensamento e de sentimentos, quer seja no comportamento atuais dos indivíduos, quer seja na sua orientação futura, possibilitando assim a formação de atitudes protagonistas realmente transformadoras de realidades cristalizadas num sistema de subordinação sócio-econômica-cultural.

Em linhas gerais, os resultados que contemplaram as questões que buscam evidenciar o entendimento acerca da exclusão social que perpassam os povos originais que vivem na região amazônica e que são historicamente refletem, da importância de um processo educacional de valorização e de reconhecimento dos fatos que condicionaram e mantém ainda nos dias atuais as desigualdades e vulnerabilidades sociais desses povos (ver gráficos 1, 2, 3 e 4). Observamos que 53% a 67%, compreendem que os processos educacionais de formação humana integral devem passar pelo reconhecimento das vulnerabilidades acerca das influências sócio histórica cultural deixada pelo processo de colonização e exploração na formação do espaço brasileiro, e que o desenvolvimento de pensamento crítico sobre a inclusão educacional e social de povos que historicamente foram marginalizados, indígenas, negros, ribeirinhos, ciganos é algo importante na modificação das vulnerabilidades sociais sofridas por estes, uma vez que, na atualidade atitudes racistas de discriminação e segregação das pessoas negras ainda são reproduzidas nos ambiente sociais. No entanto, o grau de discordância e dos que são indiferentes, dos que nem concordam e nem discordam, revelam um percentual entre 20% a 47%, dado este que demonstra a necessidade de criar e/ou ampliar espaços de debate e de capacitação para os atores educacionais, docentes e demais servidores a respeito dos temas abordados.

Nas afirmativas que trataram sobre a formação das identidades sexuais e de gênero, pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e mais) relacionadas a comportamentos machistas, sexistas e miogênicos (ver gráficos 5, 6 e 7). Observamos que o grau de discordância obteve uma somatória de 40%, e os que nem concordam ou discordam concordam apenas 27%, com maiores resultados, já o grupo que concorda a somatória de 33%. Por se tratar de um tema que atravessa questões da diversidade sexual e da violência de gênero, obtivemos um alto índice dos que discordam e dos que optaram em não assumir uma posição, ou seja 67%, dado este relevante que precisa ser melhor explorado

na formação humana. A compreensão acerca da formação das identidades e da orientação sexual envolvem debates constante e muitas vezes, sem a devida participação da comunidade acadêmica científica, e dos factos históricos-sociais, por isso, há tantas opiniões simplistas, carregadas na sua maioria por olhares preconceituosos. É um dado preocupante, pois, o processo de invisibilidade da população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e mais), nos ambientes sociais ainda é uma realidade.

Uma educação que produza sentidos e sentimentos de pertença requer múltiplos olhares, o lugar da psicologia enquanto ciência da observação, do discurso e do diálogo possibilita atravessar diversas nuances na formação humana integral. O lugar do diálogo e da reflexão crítica não é algo novo na educação, no entanto, é algo que precisa ser eternamente replicado. Freire (1991), afirma que ação transformadora da realidade subjetiva que ocorre numa educação realmente libertadora, necessita que o ser humano simultaneamente possa criar a história, fazendo-se seres histórico-sociais, sujeitos de ação reflexiva e de reedição. É na relação dialética com o mundo que o sujeito se constitui e se liberta, tornando-se protagonista de sua história, ao mesmo tempo, é preciso considerar seus desejos, necessidades, emoções, motivações, interesses, impulsos e inclinações, sobretudo suas particularidades, respeitando a autonomia dos indivíduos, seus saberes e modos de fazer.

As contribuições da psicologia social na formação humana integral na educação profissional. Segundo Boechat (2022), são aquelas comprometidas com a transformação social articulada na atuação profissional crítica, cuja dimensão política promova a desnaturalização das relações sociais de opressão, dominação, violência e exploração, e uma atuação política junto a grupos comunitários, movimentos sociais, organizações sindicais na direção da construção de um projeto societário emancipador; uma prática profissional que contribua para processos de conscientização.

O trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas. Realiza estudo, pesquisa e supervisão sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualifiquem o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003, p. 2).

A perspectiva da psicologia social de visão decolonial, olha para o sujeito e a subjetividade em sua própria realidade, aponta para a relação entre produção de conhecimento e prática social, capaz de usar a ciência e compreender as várias formas de vida e suas conexões. Seus temas são extremamente atuais para entender os efeitos do capital, a segregação dos povos e a forma como as estruturas de poder são perpetuadas. Uma educação profissional significativa e significativa precisa pensar e repensar a partir de perspectivas que libertem as pessoas de um ciclo de exploração ainda presente, aprofundando processos sociais cristalizados de subjugamento e dominação, que ao longo do tempo ditaram as regras da formação humana e da organização social no mundo, marcado por um histórico de subdesenvolvimento e desigualdades sociais (MENDONÇA; SOUZA; GUZZA, 2016).

7 PRODUTO: Construção do Blog “CampusJari@InterfacesAmazônica#Consciência&Empoderamento”

A formação humana integral desenvolvida nos ambientes educacionais, ocorre na sua essência a partir da interação social, no desenvolvimento do pensamento crítico no reconhecimento da realidade subjetiva do indivíduo e de sua coletividade. E requer, cada vez mais que as instituições educacionais possam dispor de mecanismos diversos, com maior efetividade e eficiência. Os canais digitais são hoje uns dos recursos mais utilizados pelos indivíduos na busca de formar opiniões, estudar e se capacitar. A formação humana a partir das redes sociais de interação digital é uma realidade imperativa, na qual não tem mais como ignorar.

O comportamento e a interação social do ser humano, cada vez mais é direcionada pelas redes de relacionamentos digitais, são aplicativos, site online que estão presentes na vida diária dos indivíduos. Nesse sentido, as instituições educacionais necessitam desenvolver canais de informação online, capazes de promover nas pessoas pensamento crítico, tão necessário as transformações das mazelas sociais e que aflige principalmente os mais vulnerabilizados, num sistema socioeconômico historicamente opressor.

Para tanto, apresentamos ao IFAP - Campus Laranjal do Jari um produto, o desenvolvimento de um espaço de diálogo totalmente digital, um Blog nomeado “CampusJari@InterfacesAmazônica#Consciência&Empoderamento”, com a finalidade de contribuir com os recursos online já utilizados pela Instituição para formação humana e interação junto à comunidade externa e interna, Tendo como diferencial, ser um canal de debates e discussões, contemplando assuntos de cunho acadêmico e profissional, mais que envolva principalmente a participação popular, com sua diversidade local, sua realidade regional, contribuindo assim, para a conscientização de questões que atravessam a formação humana integral frente as vulnerabilidades individuais e coletivas dos povos que vivem na da Amazônica, em especial no Vale do Jari. O blog tem o desafio de promover a inclusão de temas e discussões com problemáticas que cercam a vida dos amazonida, a partir da escrita científica e da vivencia de seus povos. O Blog, irá promover diálogos que possam contribuir ainda mais com o processo de educação profissional e da formação humana integral que é ofertada pelo Campus Laranjal do Jari.

De acordo com Rodrigues (2008), o uso do blog na educação, constitui um excelente meio para produzir textos, narrativas, produção de vídeos, produção de trabalhos colaborativos.

Além de trazer à reflexão e análise de diversos temas, aproximando professores e alunos ao mundo que os cerca e enriquecendo a comunicação. Através desta ferramenta ocorre a interação entre professor e aluno bem como o desenvolvimento do senso crítico dos mesmos, neste processo são exploradas todas as possibilidades para que o educando aprenda a aprender. Outro ponto positivo é que os blogs proporcionam trabalhos interdisciplinares e transdisciplinares possibilitando alternativas interativas e suporte a projetos de ensino, pesquisa e extensão, construindo as redes sociais e redes de saber.

Nesse sentido, Moreira, Henriques, Barros, Goulão e Coeiro (2020), reafirmam que estamos vivendo um momento de convergência, e que este resultará numa “nova” atitude de abertura social para a educação, enquanto processo social e cognitivo na aprendizagem formal e informal. Com visão futura, de inovações tecnológicas e pedagógicas, que ocorrerá cada vez mais em formato digital, conectada em rede, conferindo assim, uma dinâmica particular que combina partilha de experiências e conhecimentos, conexão e espírito colaborativo, desenvolvimento de recursos educacionais abertos, de abordagens educativas que respondam de forma mais rápida às necessidades dos estudantes e da sociedade.

Atualmente o Campus Laranjal do Jari, dispõe dos mesmos recursos digitais que são utilizados no site geral do IFAP. Na página oficial, <https://portal.ifap.edu.br> encontramos links que direcionam para os canais digitais, dentre eles: <https://www.facebook.com/institutofederaldoamapa>, <https://www.youtube.com/TVIfap>, https://twitter.com/ifap_oficial, <https://www.instagram.com/ifapoficial>,

A proposta central, visa incluir o link do blog “CampusJari@InterfacesAmazônica#Consciência&Empoderamento”, junto a página do Campus Laranjal do Jari, <https://laranjal.ifap.edu.br>.

Figura 3 - Print tela inicial portal do IFAP



Fonte: IFAP (2023)

Para a implantação do blog “CampusJari@InterfacesAmazônica#Consciência&Empoderamento”, no site oficial do Campus Laranjal do Jari, perpassamos por algumas etapas iniciais de criação, tendo em vista que o Blog parte de uma ideia de atuação profissional e acadêmica, no entanto, sua criação, planejamento e implantação é ação institucional e requer a participação direta de servidores competentes:

- 1) Sensibilização e autorização do Campus Laranjal do Jari: apresentação da proposta à direção geral, direção de ensino, coordenação de pesquisa, ensino e extensão;
- 2) Envolver e identificar colabores para compor equipe responsável pelo Blog: essa etapa compreendeu encontros presencial junto servidores dos setores pedagógico, assistência estudantil, docentes e discentes. Tendo como objetivo discutir o processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do Blog, promovendo o engajamento e adesão dos servidores que irão ficar na frente do trabalho;
- 3) Elaboração do plano de trabalho e protocolo junto aos setores responsáveis pela tecnologia de comunicação e informática do IFAP: a proposta do Blog foi protocolada junto à Diretoria Sistêmica de Gestão da Tecnologia da Informação – DITI, que é o setor responsável pelas ações estratégica e operacional, que subsidiar e defini as prioridades das ações de tecnologia da informação do IFAP. E, Diretoria Sistêmica de Comunicação -DICOM, setor que coordenar o desenvolvimento de políticas, diretrizes e instruções nos seguintes eixos de atuação: comunicação interna; comunicação externa; relacionamento com a imprensa; produção de materiais gráficos, virtuais e audiovisuais institucionais; realização de campanhas de comunicação; gestão de conteúdo e planejamento do site; gestão de páginas e perfis institucionais em mídias sociais; gerenciamento de crises de imagem institucional; capacitação dos gestores para o relacionamento com os meios de

comunicação; realização de eventos institucionais e acadêmicos; e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFAP.

- 4) Implantação do Blog no site: nesta etapa, iremos proceder junto ao Campus Laranjal do Jari, execução do plano de trabalho do Blog, descrevendo as atividades de desenvolvimento, distribuição de competências, prioridades das temáticas. E por fim, apresentar o layout da página junto aos servidores e comunidade externa, por meio presencial solene e nos demais canais digitais.

Quadro 2 – Cronograma de criação do Produto Blog
“CampusJari@InterfacesAmazônica#Consciência&Emponderamento”

Descrição da Atividade	Jun./2023	Jul./2023	Ago./2023	Set./2023
Reunir com diretor geral, direção de ensino, coordenação pesquisa, ensino e extensão do Campus Laranjal do Jari	X	X		
Reunir com servidores pedagógicos, assistência estudantil e professores do Campus Laranjal do Jari	X	X		
Elaboração plano de trabalho do Blog com equipe responsável pelo Blog	X	X		
Autorização dos departamentos responsáveis pela criação do Blog Diretoria Sistêmica de Gestão da Tecnologia da Informação – DITI e Diretoria Sistêmica de Comunicação - DICOM	X	X	X	X
Aprovação do layout da página junto equipe executora do Blog	X	X	X	X
Fazer a inclusão do Blog no site do Campus Laranjal do Jari	X	X	X	X
Divulgar Blog para comunidade interna e externa do Vale do Jari (municípios Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Monte Dourado)	X	X	X	X
Avaliar primeira quinzena de atividade do Blog	X	X	X	X

Fonte: Da Autora.

Após as etapas iniciais, que compreenderam a criação e implantação do Blog junto ao site oficial do Campos Laranjal do Jari, os servidores responsáveis em executar, monitor e avaliar o Blog, seguiram um fluxo de trabalho contínuo. O processo de avaliação será realizado por metodologia própria, em que será verificado a viabilidade de continuidade do Blog, tendo como indicadores o alcance do Blog junto população local, números de acesso, nível envolvimento e participação expressos nos comentários e curtidas online das pessoas.

A avaliação de cada ação específica será através de monitoramento de indicadores de efetividade das postagens inserida no Blog, bem como, da avaliação dos membros participantes,

responsáveis pela publicação de conteúdo do Blog. A avaliação estará presente em todas as fases desde a escolha, edição e publicação das temáticas a serem exploradas no Blog, para que sejam detectados os pontos fortes e os pontos que necessitam de melhoria a fim de fornecer informações quanto ao alcance dos objetivos, avanços e dificuldades no processo de implementação do Blog, bem como a percepção do público-alvo e os impactos alcançados. Os resultados da avaliação subsidiarão a revisão do blog no que se refere às ações propostas e resultados esperados, visando a melhoria contínua do Blog.

Diante os resultados encontrados na pesquisa frente a “A Percepção dos Servidores Acerca da Formação Humana Integral e a Interface Educação e Psicologia Social no IFAP-Campus Laranjal do Jari”. Revelou que cerca de 67% discordância e nem concordam ou discordam que a formação humana integral, perpassa também, por uma educação que contemple a compreensão da diversidade sexual que envolve a população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e mais), no ambiente educacional.

Para tanto, consideramos que a temática inicial a ser abordado no Blog, contemple questões de gênero e diversidade sexual, a fim de reconhecer as diferenças e superar preconceitos e discriminação sociais. Pois, o reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade, é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar a carga de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade.

A temática inicial do blog em falar sob gênero e diversidade sexual, está de acordo com os direcionamentos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/ME) (BRASIL, 2023), pois este, entende que, em uma perspectiva inclusiva, políticas educacionais que correlacionam gênero, orientação sexual e sexualidade não devem se restringir à dimensão, de todo modo importante, dos direitos à saúde sexual e reprodutiva.

Dessa forma, ao falar em diversidade sexual na escola, conforme a SECAD/ME (BRASIL, 2023), é antes de tudo, também, situar questões relativas a gênero, orientação sexual e sexualidade no terreno da ética e dos direitos humanos, vistos a partir de uma perspectiva emancipadora. Assim fazendo, evita discursos que, simplesmente, relacionam tais questões a doenças ou a ameaças a uma suposta normalidade. Ao mesmo tempo, afasta tanto posturas

naturalizantes quanto atitudes em que o cultural passa a ser acolhido ou recusado de forma simplista e acrítica.

Para isso, é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo, incide em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos. Da mesma maneira, como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento (BRASIL, 2023).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste estudo surgiram desafios que foram superados na ação reflexiva diante os referenciais teóricos presentes nesta dissertação. Tais referenciais possibilitaram expandir o olhar a fim de responder o problema na medida em que relacionamos a formação humana integral na educação profissional diante as contribuições de uma psicologia social de visão decolonial.

Em síntese, os resultados deste estudo revelam de certa forma a ocorrência de algumas contradições acerca das percepções sobre as finalidades de uma formação humana integral no ambiente de educação profissionalizante em contexto de vulnerabilidade social. O que leva a relevância dessa pesquisa, pois, tendo em vista, as finalidades educativas que resultam do contexto social, político, cultural, no qual estão implicadas relações de poder entre grupos e organizações sociais que disputam interesses econômicos, políticos. Um jogo de forças em que se defrontam sistemas de valores, ideologias, tradições, interesses particulares e de distintos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Reconhecer, como os atores provedores e provocadores dos processos educacionais pensam, podem orientar melhor as ações educacionais rumo a compreensão das contradições existentes. Identificando assim, as manifestações implícitas na ação educacional profissionalizante, e como seus significados aparecem no plano operacional e no objetivo final de formar pessoas na sua integralidade.

O IFAP - Campus Laranjal do Jari, é uma instituição de educação básica e de formação profissional, tecnológica e superior, de perfil pluricurricular, multicampi e descentralizada. É fruto de uma política pública educacional brasileira, que teve a finalidade de expandir e interiorizar a oferta da Educação Profissional Tecnológica-EPT em todo o território nacional, com a criação dos Institutos Federais-IFs em 2008. Diante das demais Instituições de ensino profissionalizante presente no Estado do Amapá, o IFAP apresenta-se, não apenas como mais uma Instituição de formação profissional para o mundo do trabalho, mais preocupando-se com a formação integral dos indivíduos e das coletividades, com vista as novas demandas sociais (IFAP, 2022a).

O IFAP - Campus Laranjal do Jari, fica situado na região conhecida como “Vale do Jari”, onde se encontram os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari (Estado do Amapá) e os distritos de Monte Dourado (Estado do Pará). Historicamente essa região é marcada pela implantação de políticas de exploração, com a implantação de grandes projetos, dentre eles, o Projeto Jari Florestal, que em 1967 pretendia substituir a floresta nativa por uma plantação

homogênea, para a fabricação de celulose, para isso, foi captado muitas pessoas a virem trabalhar na região. No entanto, após o declínio do Projeto Jari Florestal, os trabalhadores foram dispensados pela companhia, estes não dispunham de recursos nem para moradia, tampouco para retornar aos seus locais de origem; maioria foi obrigada a viver às margens do rio Jari, em palafitas, sem as mínimas condições de higiene e sobrevivência. Fato histórico que perdurou por muitos anos deixando ainda profundas marcas, exemplo, o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios, e que refletem nas vulnerabilidades sociais dos povos que vivem na região do Vale do Jari. Segundo Costa (2019), o desenvolvimento da Amazônia, de suas regiões, é um grande desafio para a gestão pública e suas instituições, devido à falta de infraestrutura de mobilidade rural e urbana e o tratamento da economia regional como periférica, historicamente baseada em suprir matéria prima e insumos para diversos lugares, impondo assim conjuntos diversos de vulnerabilidades.

Compreendemos que os processos de uma formação humana integral em contexto de vulnerabilidade social, em especial na educação profissional, científica e tecnológica, se configuram com dinâmicas complexas, mais que, a dimensão de natureza subjetiva, e não apenas operacional, possibilita afirmar que são justamente esses processos dinâmicos, com atuação democrática popular e a ação multiprofissional que contribuem na construção da formação humana da subjetividade individual e de suas coletividades.

Consideramos que uma educação profissionalizante precisa produzir sentidos e sentimentos de pertença, requer múltiplos olhares, o lugar da psicologia enquanto ciência da observação, do discurso e do diálogo possibilita atravessar diversas nuances na formação humana integral. Nesse sentido, o lugar do diálogo e da reflexão crítica não é algo novo na educação, no entanto, é algo que precisa ser amplamente replicado. Freire (1991), afirmar que ação transformadora da realidade subjetiva que ocorre numa educação realmente liberadora, necessita que o ser humano simultaneamente possa criar a história, fazendo-se seres histórico-sociais, sujeitos de ação reflexiva e de reedição. É na relação dialética com o mundo que o sujeito se constitui e se liberta, tornando-se protagonista de sua história, ao mesmo tempo, é preciso considerar seus desejos, necessidades, emoções, motivações, interesses, impulsos e inclinações, sobretudo suas particularidades, respeitando a autonomia dos indivíduos, seus saberes e modos de fazer.

E nessa relação dialética que contemplando seres histórico-sociais, que a psicologia de visão decolonial contribui para haver realmente uma formação humana integral comprometida com a perspectiva da transformação social na direção da emancipação humana, promovendo a

sensibilização e conhecimentos que possam elucidar o processo de conscientização, da desideologização e da descolonização vivida.

A educação profissional que é desenvolvida pelos Institutos Federais-IFs, conta com uma equipe multiprofissional diversificada. Marinho-Araújo (2014), aponta que a psicologia social é uma área de atuação multiprofissional presente nos IFs, com a promoção de debates importantes na formação humana dos perfis profissionais das pessoas, rumo as transformações de suas regiões e de mundo. Nessa direção, as contribuições da psicologia social são de extrema relevância, pois intervém nos condicionantes subjetivos das disparidades das mazelas sociais, participando de diversas ações em prol da inclusão social no contexto acadêmico e profissional.

Por fim, consideramos que o fortalecimento das instâncias populares que ocorrem nos grupos populares, principalmente dos grupos excluídos dos processos civilizatórios dominantes, é parte essencial na educação profissional, científica e tecnológica. Tornar a ação educativa o lugar privilegiado para o resgate de memória de lutas, num trabalho de valorização e potencialização das relações, presentes nas coletividades é instrumento capaz da verdadeira transformação das desigualdades e das violências sociais. Para isso, a representatividade dos indivíduos é fundamental. Pensar um processo educacional de inclusão social não apenas numérica representativa, mais principalmente, protagonista de lutas, que são atuais mais também históricas.

Ao mesmo tempo em que as subjetividades estão sendo disputadas e acionadas por projetos diversos, é fundamental termos a psicologia social de perspectiva decolonial como acionária de um movimento de libertação social e, assim sendo essencial na formação humana integral. Com vista numa profissionalização que reconsidere e reconstrua na sua essência, a carga sócia afetiva constituída ao longo do tempo, marcada por processos de dominação dos povos originários e pelo processo de exploração das etnias consideradas inferiores e subjugadas. Para tanto, é urgente legitimar a perspectiva da decolonialidade no processo de formação, possibilitando a compreensão e o desenvolvimento de novas tecnologia nos espaços educacionais, e que sejam comprometidas com a transformação social e articulada na atuação de um ensino protagonista, crítico, cuja dimensão política educacional possa promover a desnaturalização das relações sociais de opressão, dominação, violência e exploração, incluindo cada vez mais, grupos comunitários, movimentos sociais, organizações de classe na direção da construção de um projeto societário emancipador, de conscientização crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial República do Brasil, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Orientação sexual**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 11, p. 89-117, 2013.

BERNARDO, Marcia Hespanhol; PEREIRA, Maristela de Souza. O trabalho no contexto brasileiro atual e os compromissos da Psicologia. *In*: RASERA, Emerson Fernando; PEREIRA, Maristela de Souza; GALINDO, Dolores (org.). **Democracia participativa, estado e laicidade** [recurso eletrônico]: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017.

BOECHAT, Filipe. A psicologia entre a política social e o poder popular. *In*: OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; SOUSA, Burnier Sales de. **Psicologia e políticas sociais: conservadorismo em tempos de capital-barbárie**. 1. ed. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2022. Disponível em: Site: <http://www.abrapso.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CARMO, Eunápio Dutra; CARMO, Éder Dutra. A força da palavra dos vulnerabilizados pela desigualdade social: Paulo Freire e comunidades ribeirinhas no Marajó. **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v. 16, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.16641.053>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do Espaço**. Belém: NAEA, 1995.

CASTRO, Edna. Giro decolonial, tempos e imaginários: razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. *In*: CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas (org.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA, 2019.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que lutamos. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 010/2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Co%CC%81digo-de-%C3%89tica.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 005/2003**, de 14 de junho de 2003. Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista. Brasília: CFP, 2003.

COSTA, Jodival Maurício. Avaliação da sustentabilidade do Vale do Jari – Amapá, Amazônia: Laranjal e Vitória do Jari. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180308r2vu2020L4AO>.

DIAS, Maria Sara de Lima. O legado de Martin-Baró: a questão da consciência Latino Americana. **Revista Psicologia para América Latina**, n. 33, p. 11-22, jul. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000100003. Acesso em: 5 jul. 2022.

FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA (coord.). **Dicionário do Desenvolvimento**. [Lisboa], 2018. Disponível: <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/vulnerabilidade>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 23 set. 2022.

FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. Psicologia Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: oportunidades para atuação profissional. *In*: FRANSCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes (org.). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.

FERREIRA, José Francisco de Carvalho; CORRÊA, Jackeline Corrêa; COSTA, Jodival Maurício. Avaliação da Sustentabilidade do Vale do Jari – Amapá, Amazônia: Laranjal e Vitória do Jari. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180308r2vu2020L4AO>. Acesso em: 25 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, A.M.A (org.). **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, RJ, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Perspectivas sociais e políticas de formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades**. Educação & Sociedade, Campinas, v; 32, n. 116, set. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Concepções e experiências de ensino integrado**: a gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2006.

GERHARDT, H.P. “Educação libertadora e globalização”. *In*: FREIRE, A. M. A (org.). **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GREISSIG, Anna. A região do Jarí, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do projeto Jarí. **Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba**, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A. Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações. *In*: RIVERO, N. E. E. **Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/gbqz7/pdf/rivero-9788599662861-03.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Histórico do IFAP-Campus Laranjal do Jari**. Disponível em <https://laranjal.ifap.edu.br/index.php/historico>. Acesso em: 25 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI IFAP 2019-2023**. Amapá: IFAP, 2022a. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/ERRATA_PDI.pdf.PDI.%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/ERRATA_PDI.pdf.PDI.%20(2).pdf). Acesso em: 23 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Resolução 30/2022**. Aprova a reformulação da regulamentação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Índigenas – NEABI, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá – IFAP, 2022b. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Res.30.2022_Consump.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para mu e regiões metropolitanas brasileiras. JEL: O15; O18; R23; J15. Rio de Janeiro, 2018. Disponível: URL: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2022.

LANE, Silvia T. Maurer. Psicologia Social: Teoria e Prática. *In*: RIVERO, N. E. E. **Psicologia social: estratégias, políticas e implicações** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível: www.bvce.org. Acesso em: 25 set. 2022.

LEITE, L.H.A.; RAMALHO, B.B.M.; CARVALHO, P.F.L. A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, 2019.

LIMA, Lúcia Chaves; MALCHER, Camila Maria Figueira. Por uma psicologia-resistência: uma aposta nas lentes decoloniais. *In*: TAMBORIL, M. I. B.; LIMA, M. L. C.; NEVES, A. L. M. (Orgs). **Psicologia social na Amazônia**: reticulando potencialidades e desafios. Porto Alegre: Abrapso, 2019.

LINS, Cristovão. **Jari 70 anos de história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Data forma, 2001.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. *In: CASTRO, Edna (Org).* **Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre fronteiras e construção do conhecimento**. São Paulo: Annablume, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31. jan./abr. 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100005..

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. [São Paulo]: Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE; UNESP, 2012. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Intervenção institucional: ampliação crítica e política da atuação em psicologia escolar. *In: GUZZO, Raquel (org).* **Psicologia escolar: desafios e bastidores na educação pública**. Campinas, 2014.

MARTÍN-BARÓ, I. **Hacia la psicología de la liberación**. San Salvador: UCA Editores; 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da Libertação. *In: GUZZO, R. S. L; LACERDA JR, F.* **Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. 2. ed. [São Paulo]: Editora Alinea, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In: LANDER, Edgardo (org).* **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017. DOI 10.17666/329402. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2022.

MOREIRA, José António; SCHLEMMER, Eliana. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.63438>.

MOREIRA, José António; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela; GOULÃO, Maria de Fátima; COEIRO, Domingos. **Educação digital em rede: princípios para o design pedagógico em tempos de pandemia**. Lisboa: Educação Universidade Aberta, 2020. DOI: 110.34627.2020. Disponível em: <https://www.uab.pt>. Acesso em: 22 set. 2022.

MOURA, Dante Henrique; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Trabalho, educação e desenvolvimento (in)sustentável: reflexões e fundamentos no horizonte da CONAE 2014. In: FRANÇA, Magna; MOMO, Mariangela (Org.). **Processo democrático participativo: a construção do PNE**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 66-88, jul./dez. DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p66. 2013. Acesso em: 23 out. 2022.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. In: BATISTA, Eraldo L.; MULLER, Meire T. (Org.) **A Educação Profissional no Brasil**. Campinas: Alínea, 2013.

PAIN, Rodrigo de Souza. A Educação Decolonial e Paulo Freire Na Perspectiva Da Avaliação Escolar. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura**, v. 5, p. 51-64. DOI: <https://doi.org/10.29327/211303.5.8-6>. 2020. Acesso em: 23 ago. 2022.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Ed. Moderna, 2011. Disponível: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

PEIXOTO, Rodrigo; FIGUEIREDO, Kércia. Colonialidade do poder: conceito e situações e decolonialidade no contexto atual. In: CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas (org.) **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 63- 90, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.6018>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 14-19, dez. 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NJYycJNvX58WS7RHRssSjjH/#>. Acesso em: 25 out. 2022

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES. M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acesso em: 22 nov. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

RAMOS, Marise Nogueira. Concepção de educação profissional comprometida com a formação humana. In: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, C. **O uso de blogs como estratégia motivadora para o ensino de escrita na escola**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/13499300/dissertacaousodosblogs>. Acesso em: 3 set. 2022.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Eletrônica: Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO; FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA. **Violência e preconceitos na escola: contribuições da Psicologia**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/07/violencia-e-preconceitos-na-escola.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a), você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**A Formação Humana Integral no contexto de vulnerabilidade social: Contribuições da psicologia social no IFAP na região do Vale do Jari**”. O objetivo da pesquisa busca demonstrar a formação humana integral na educação profissional a partir da interface da psicologia social na promoção do protagonismo de estudantes do IFAP no contexto de vulnerabilidade social do Vale do Jari. A pesquisadora responsável por essa pesquisa é Carmem Ângela Tavares Pereira, mestranda no curso de Gestão Pública, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônico (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Convidamos você a responder a um **questionário** com perguntas fechadas que correspondem ao perfil geral dos participantes, resguardando sua nome e privacidade, e perguntas do tipo escala Likert que será apresentada numa tabela de classificação, com enunciados contendo afirmativas conforme objetivo geral da pesquisa em questão, supracitado em tela, no qual você, respondente, é convidado a emitir o seu grau de concordância com aquela frase. Para isso, ele deve marcar uma única vez, na escala, a resposta que mais traduz sua opinião. Importante levar em consideração o cargo/função que exerci no Ifap-Campus Jari, sua experiência pessoal e conceitual, seus hábitos quanto a comunicação e/ou retenção de suas ideias e sugestões.

O acesso ao questionário somente ocorrerá após você ter dado o seu consentimento para participar neste estudo. Você poderá contribuir para essa pesquisa ao responder às questões. Contudo, você não deve participar contra a sua vontade. Os dados serão arquivados por 5 anos em dispositivo de armazenamento pessoal da pesquisadora responsável.

A pesquisa envolve risco mínimo de possível desconforto ocasionado por lembranças desagradáveis ao responder alguma pergunta do questionário proposto e de algum cansaço em decorrência do tempo necessário para responder todas as perguntas. Caso isso ocorra, você tem a liberdade para interromper a pesquisa; fazer pausas; ou cancelar a sua participação a qualquer momento. Em todos esses casos você não será prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma. Há também um risco baixo de vazamento das informações, para o qual a pesquisadora se compromete em garantir a confidencialidade das informações e o sigilo dos participantes, além disso, sua identidade permanecerá totalmente anônima. Você não terá nenhum benefício direto, mas, de forma indireta, irá contribuir com a promoção do

conhecimento científico na área pesquisada, relacionados à promoção do conhecimento a respeito do tema e à proposição de mecanismos efetivos que poderão contribuir para uma educação profissionalizante que possam produzir novas práticas e conceitos.

Os resultados do estudo poderão ser apresentados ou publicados em eventos, congressos e revistas científicas. Garantimos que a sua privacidade será respeitada, assim como o anonimato e o sigilo de suas informações pessoais. A pesquisadora poderá contar para você os resultados da pesquisa quando ela terminar, se você quiser saber

Em caso de qualquer dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo, Carmem Ângela Tavares Pereira, que pode ser encontrada pelo e-mail carmem.pereira@ifap.edu.br ou pelo telefone (96) 991797277.

Este objeto/estudo de pesquisa foi analisado por Conselho Ética, que é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com a UFPA.

Ao aceitar participar da pesquisa, você responderá o questionário do estudo em questão e permitirá que estes dados sejam divulgados para fins científicos ou acadêmicos, sendo mantida em sigilo a sua identidade. Também declara que está ciente dos propósitos e procedimentos do estudo e que teve oportunidade de avaliar as condições informadas sobre a pesquisa para chegar à sua decisão em participar deste estudo.

Desde já agradecemos sua participação.

Requisito para participar da pesquisa: Ser servidor/empregado público federal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá-Ifap, Campus Laranjal do Jari.

Aceita participar dessa pesquisa?

() Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.

() Não, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e não aceito participar da pesquisa.

Data: ___/___/_____ Hora: ___:___ Local: _____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PESQUISA COM ESCALA LIKERT

CARACTERIZAR CONTRIBUIÇÃO DA INTERFACE PSICOLOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PROTAGONISMO ESTUDANTIL EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: O objetivo da pesquisa é demonstrar a percepção acerca da formação humana integral na educação profissional a partir da interface da psicologia social na promoção do protagonismo de estudantes do IFAP no contexto de vulnerabilidade social do Vale do Jari.

Requisito para participar da pesquisa: Ser servidor/empregado público federal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá-Ifap, Campus Laranjal do Jari.

Aceita participar dessa pesquisa?

- Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa.
 Não, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e não aceito participar da pesquisa.

I – IDENTIFICAÇÃO DO PERIL

1.1 Gênero _____

- A. Masculino
 B. Feminino
 C. Outro, qual?
 D. Não deseja informar

1.2 Idade: _____ (anos completos)

- A. Até 18 anos
 B. 18 a 39 anos
 C. 40 a 49 anos
 D. 50 a 59 anos
 E. Acima de 60 anos

1.3 Estado Civil: _____

- A. Solteiro (a)
 B. Casado (a)/união estável
 C. Viúvo (a)
 E. Divorciado (a)
 F. Outro, qual?
 G. Não deseja informar
 D. Outro, qual?

1.4. Escolaridade: _____

- A. Nível Médio Completo
 B. Graduação
 C. Especialização
 D. Mestrado
 E. Doutorado

1.5. Tempo de serviço público no cargo/função no Ifap-Campus Laranjal do Jari: _____ (anos)

- A. Até 1 anos
 B. 3 a 6 anos
 C. 6 a 9 anos
 D. 9 a 11 anos

E. Acima de 11 anos

1.6. Área onde trabalha: _____

- A. Técnico-Administrativo área pedagógica
- B. Técnico-Administrativo área assistência estudantil
- C. Técnico-Administrativo Laboratórios, Biblioteca.
- D. Técnico-Administrativo outra área, qual?
- E. Docente

2 – RESPONDA CONFORME SUA EXPERIÊNCIA SUBJETIVA OU CONCEITUAL OS ITEM DE Nº 1 à 15.

Convidamos você a emitir o seu grau de concordância com as frases abaixo. Para isso, você deve marcar uma única vez em cada item a resposta que mais traduz sua opinião. Importante levar em consideração o cargo/função que exerce no IFAP-Campus Jari, sua experiência profissional, pessoal, conceitual, hábitos e pensamentos.

Nº	Afirmativa: Contribuição da interface psicologia social e educação profissional no protagonismo estudantil em contexto de vulnerabilidade social	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
01	Desenvolvimento de pensamento crítico sobre a inclusão educacional e social de povos que historicamente foram marginalizados (indígenas, negros, ribeirinhos, ciganos entre outros)					
02	Compreensão dos fatores de formação das identidades humanas, em especial de estudante LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e mais)					
03	Compreensão dos/das estudantes sob fatores sócio-históricos-culturais condicionantes de comportamentos machistas, sexistas e misógeno.					
04	Conscientização dos/das estudantes sob questões mantenedores de atitudes racistas frente a discriminação e segregação das pessoas negras e afrodescendentes reproduzida no ambiente familiar, educacional e social.					
05	Desenvolvimento de pensamento crítico dos/das estudantes que residem em áreas rurais frente aos processos políticos sociais destinados às populações extrativistas na região amazônica.					
06	Reflexão dos/das estudantes acerca da vocação ontológica do ser humano que busca a significação e transformação de sua existência e realidade.					
07	Reconhecimento dos/das estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das atuais estruturas capitalistas e as múltiplas expressões das questões sociais e das desigualdades.					

08	Fortalecimento da autoestima de estudantes femininas em situação de vulnerabilidades psicossociais frente as diversas formas de violência contra a mulher.					
09	Reconhecimento por parte dos/ das estudantes que a educação profissional e tecnológica é fundamental na construção de uma cidadania justa capaz de transformar as desigualdades sociais.					
10	Estimulação das capacidades socioafetivas na motivação do protagonismo juvenil na modificação das desigualdades socioeconômicas					
11	<i>Desenvolvimento de pensamentos crítico dos/das estudantes frente às relações no mundo do trabalho e projeto de vida no contexto da Amazônia brasileira</i>					
12	Reflexão dos/das estudantes sobre as relações de consumo e bem-estar social e as configurações familiares frente disparidades entre ricos e pobres.					
13	Reconhecimento estudantes em situação de vulnerabilidades acerca das influências sócio histórica cultural deixada pelo processo de colonização e exploração na formação do espaço brasileiro.					
14	Desenvolvimento de ações psicopedagógicas na formação profissionalizante com acesso, permanência e êxito de estudantes contidas (pessoas de baixa renda, negras, afrodescentes e pessoas com deficiência)					
15	Desenvolvimento e valorização do protagonismo estudantil acerca das expressões culturais e artísticas locais.					

Muito obrigada pela sua participação